

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNA VITÓRIA PIRES AMUY

**A RE-SECURITIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MUÇULMANA NO GOVERNO
NARENDRA MODI**

UBERLÂNDIA, 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNA VITÓRIA PIRES AMUY

A RE-SECURITIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MUÇULMANA NO GOVERNO
NARENDRA MODI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Linha de pesquisa: Segurança Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Edson José Neves Júnior.

UBERLÂNDIA, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A529r Amuy, Bruna Vitória Pires, 1999-
2025 A re-securitização da população muçulmana no governo Narendra
Modi [recurso eletrônico] / Bruna Vitória Pires Amuy. - 2025.

Orientador: Edson José Neves Júnior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5025>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Neves Júnior, Edson José, 1979-,
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Relações Internacional - PPGRi				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, 99, PPGRi				
Data:	13 de fevereiro de 2025	Hora de início:	14h00	Hora de encerramento:	15h35min
Matrícula do Discente:	12312RIT003				
Nome do Discente:	Bruna Vitória Pires Amuy				
Título do Trabalho:	A Ressecuritização da população muçulmana no governo Narendra Modi				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Segurança Internacional				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A modernização militar híbrida das potências emergentes dos países BRICS: projeção internacional, capacidade estatal e desenvolvimento				

Reuniu-se por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais, em sessão pública, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta - UFS; Aureo de Toledo Gomes - UFU e Edson Jose Neves Junior - PPGRi/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Edson Jose Neves Junior - PPGRi/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Edson José Neves Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/02/2025, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta, Usuário Externo**, em 14/02/2025, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aureo de Toledo Gomes, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/02/2025, às 11:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6057738** e o código CRC **C694AF41**.

AGRADECIMENTOS

A conclusão do mestrado é uma conquista muito importante para mim, pois sendo a primeira da família a ingressar na pós-graduação, espero honrar a memória daqueles que me antecederam e não tiveram as mesmas oportunidades. Agradeço a todos os familiares que me apoiaram em meio aos que seguem os obscuros caminhos da desvalorização da ciência. Sendo assim, aqui aproveito para agradecer especialmente as pessoas que foram fundamentais para que o presente trabalho fosse concluído. Menciono especialmente minha avó Maria Gomes, que sempre me apoia e seu conselhos me dão forças para seguir a minha jornada acadêmica. À minha mãe, Vânia Lúcia Pires, que sonha comigo e me apoia em todos os momentos, eu não teria chegado aqui sem você e à memória de meu pai, José Jorge Amuy, que me ensinou a valorizar o aprendizado e a educação.

Agradeço ainda, às amigadas que construí no mestrado Giovana, Ana Lívia, Jayanna e Ana Luísa, foi muito mais fácil viver em outra cidade com a companhia de vocês. À minha companheira de mestrado, Beatriz Rosa, que apesar de fazer parte de outro programa, em outra cidade e em outra área de estudo, compartilhou das minhas angústias e preocupações. À minha amiga da graduação, Giovanna Petrocchi, por todo apoio. Ao Pedro Pitillo pelas intermináveis conversas sobre o mestrado, por toda paciência, afeição e ajuda.

Gostaria de agradecer, também, meu orientador Edson José Neves Junior por todos os ensinamentos e oportunidades. Aos professores do programa por me incentivar a aprofundar meus conhecimentos nas Relações Internacionais e apresentar novas perspectivas de estudo.

Por fim, agradeço a Fapemig que me forneceu a bolsa de estudos que me permitiu fazer parte do programa e desenvolver minha pesquisa. Espero que nos próximos anos a pós-graduação receba mais investimento e que os pesquisadores adquiram cada vez mais direitos.

RESUMO

A ascensão de Narendra Modi ao poder na Índia, em 2014, representou uma mudança profunda na política e na identidade nacional do país, com a consolidação de uma agenda nacionalista fundamentada na ideologia hindutva promovida pelo Bharatiya Janata Party. A presente pesquisa busca compreender as consequências da re-securitização da população muçulmana na Índia durante o governo Narendra Modi, entre 2014 e 2023, destacando os impactos dessas práticas nas esferas doméstica e regional, especialmente no Complexo Regional de segurança sul-asiático. Através de uma abordagem construtivista e na teoria da securitização, o estudo analisa como o nacionalismo hindutva molda políticas de exclusão e discursos que reforçam a polarização religiosa no país. Entre as medidas investigadas, destaca-se a revogação do artigo 370 da constituição indiana, que concedia autonomia especial a Caxemira e a lei de Emenda à Cidadania aplicada em Assam, que discrimina muçulmanos em processos de naturalização. Essas ações inseriram os muçulmanos na Índia em um contexto discursivo de ameaça existencial, deslocando questões religiosas e identitárias para a esfera da segurança nacional. A pesquisa utiliza análise qualitativa fundamentada na revisão sistemática de literatura e análise de conteúdo, incorporando discursos oficiais, pesquisas acadêmicas e dados secundários. Conclui-se que a agenda nacionalista do governo Modi intensifica a exclusão de minorias e reforça dinâmicas de segurança que comprometem o multiculturalismo da Índia, afetando a estabilidade regional e a sua posição no sistema internacional.

Palavras-chave: Securitização; Complexos Regionais de Segurança; Narendra Modi; Índia.

ABSTRACT

Narendra Modi's rise to power in India in 2014 represented a profound shift in the country's politics and national identity, with the consolidation of a nationalist agenda based on the Hindutva ideology promoted by the Bharatiya Janata Party. This research seeks to understand the consequences of the re-securitization of the Muslim population in India during the Narendra Modi government, between 2014 and 2023, highlighting the impacts of these practices at the domestic and regional levels, especially in the South Asian Regional Security Complex. Using a constructivist approach and securitization theory, the study analyzes how Hindutva nationalism shapes exclusionary policies and discourses that reinforce religious polarization in the country. Among the measures investigated are the revocation of Article 370 of the Indian Constitution, which granted special autonomy to Kashmir, and the Citizenship Amendment Act applied in Assam, which discriminates against Muslims in naturalization processes. These actions have placed Muslims in India in a discursive context of existential threat, displacing religious and identity issues into the sphere of national security. The research uses qualitative analysis based on a systematic literature review and content analysis, incorporating official discourses, academic research and secondary data. It is concluded that the Modi government's nationalist agenda intensifies the exclusion of minorities and reinforces security dynamics that compromise India's multiculturalism, affecting regional stability and its position in the international system.

Keywords: Securitization; Regional Security Complexes; Narendra Modi; India.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Porcentagem de grupos religiosos por estado indiano.....	53
Figura 2 - Mulheres de Shaheen Bagh nos protestos anti-CAA.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Teoria do Complexo Regional de Segurança Descritiva.....	27
Quadro 2. Resumo dos tipos de Complexo de Segurança.....	29

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMU - Aligarh Muslim University

BIMSTEC - Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial

BJP - Bharatiya Janata Party

BJS - Bharatiya Jana Sangh

CAA - Citizenship Amendment Act

COPRI - Conflict and Peace Research Institute

CRS - Complexos Regionais de Segurança

JeM - Jaish-e-Mohammad

LAC - Line of Actual Control

LoC - Line of Control

NRC - Registro Nacional de Cidadãos

OBC - Other Backward Class

RSS - Rashtriya Swayamsevak Sangh

SAARC - Cooperação Regional no Sul da Ásia

TCRS - Teoria dos Complexos Regionais de Segurança

UNSC - Conselho de Segurança das Nações Unidas

URSS - União Soviética

VHP - Vishva Hindu Parishad

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 A RELAÇÃO DA IDENTIDADE, DISCURSO E O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA.....	14
2.1 Teoria Construtivista.....	14
2.2 Escola de Copenhague e Securitização.....	18
2.3 Complexos Regionais de Segurança.....	23
2.3.1 Índia e o Complexo Regional de Segurança.....	30
3 GOVERNO MODI E A RESSECURITIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MUÇULMANA... 37	
3.1 Nacionalismo hinduvta e o BJP.....	37
3.2 “Imperador dos corações hindus” e algoz de vidas muçulmanas.....	44
3.3 Pertencimento à Índia e a ameaça do outro.....	52
3.4 As projeções da Índia de Modi no CRS Sul-Asiático.....	65
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
6 REFERÊNCIAS.....	72

1 INTRODUÇÃO

A ascensão de Narendra Modi ao governo indiano em 2014 marcou um ponto de inflexão significativo na trajetória política e identitária da Índia. Sob a liderança do partido Bharatiya Janata Party (BJP), fundamentado na ideologia nacionalista hindutva, o país testemunhou a intensificação de discursos e práticas de securitização que têm como alvo os grupos minoritários no país, mas predominantemente a população muçulmana. Esse cenário impacta as dinâmicas internas do Estado indiano, mas também reverbera no Complexo Regional de Segurança (CRS) sul-asiático, alterando relações regionais e a própria percepção de ameaça no contexto internacional.

O governo Modi implementou uma série de medidas que intensificaram a exclusão da população muçulmana, reforçando uma agenda nacionalista que busca transformar a Índia em um Estado primordialmente hindu. Essa transformação pode ser notada em políticas como a revogação do artigo 370 da constituição, que concedia autonomia especial à região da Caxemira, majoritariamente habitada por muçulmanos, e na lei de emenda à cidadania, que exclui muçulmanos de um processo de naturalização simplificado oferecido a refugiados de outras religiões. Esses eventos refletem não apenas uma mudança no tratamento das minorias religiosas, mas também é uma tentativa de redefinir a identidade nacional indiana. A alteração na “identidade indiana” promovida partir da eleição do primeiro-ministro Narendra Modi, em 2014, promove a securitização de tudo que não se encaixa na ideologia hindutva.

A presente pesquisa adota as posições do atual governo Modi como um momento de re-securitização, uma vez que considera o primeiro cenário de securitização contra a população muçulmana na Índia o período da primeira guerra indo-paquistanesa de 1947. Após esse período e com a criação da constituição de 1950, apesar da população muçulmana no país ser alvo de discriminação e perseguições, bem como outras minorias no país. O processo de securitização não partiu do governo e nem foram implementadas medidas na agenda de segurança do país da mesma forma que durante a primeira guerra ou como nos governos Narendra Modi. Os governos anteriores do partido do Congresso Nacional da Índia mantinham certos níveis de secularismo no país, e apesar do próprio BJP e outras coalizões já terem ocupado a posição de primeiro-ministro no país, políticas de perseguição as minorias não foram implementadas como tem ocorrido desde 2014.

Ao observar o governo Modi sob a perspectiva das Relações Internacionais, nota-se uma reconfiguração do equilíbrio entre identidade nacional e segurança na Índia. O conceito de “outro” passa a ser utilizado como uma ferramenta política para justificar ações que desestabilizam a convivência inter-religiosa e moldam a percepção de ameaça dentro e fora do

território indiana. Nesse contexto, a presente dissertação busca compreender as consequências da re-securitização da população muçulmana no período compreendido entre 2014 e 2023, identificando os impactos dessas práticas tanto na esfera doméstica quanto no âmbito regional. Além disso, examina-se como o nacionalismo hindu afeta as relações entre Índia e Paquistão, ampliando as tensões já existentes na região da Caxemira.

A presente pesquisa, portanto, busca responder de que maneira a população muçulmana é re-securitizada, no governo Narendra Modi, entre 2014 e 2023? Além de políticas de exclusão e perseguição dos muçulmanos no país, o Complexo Regional de Segurança é afetado pelos posicionamentos hindutva do governo. Assim, a hipótese a ser alcançada é: o nacionalismo hindu coloca o posicionamento anti-islâmico no centro das questões de segurança do país, domesticamente e contra o país vizinho Paquistão. Nesse sentido observa-se que o CRS no sul da Ásia está se direcionando para intensificar a dinâmica bipolar, uma vez que o BJP se empenha no nacionalismo hindu radical e realiza uma securitização do islã em níveis internos e externos. Essa abordagem contrasta com a dos governos anteriores, que se concentravam apenas na securitização em relação ao Paquistão. O CRS sul-asiático o discurso e as ações do governo Modi não apenas reforçam um nacionalismo excludente, mas também comprometem o projeto de democracia multicultural defendido pela constituição indiana. Ao colocar o posicionamento anti-islâmico no centro das questões de segurança, o BJP intensifica a polarização religiosa e promove políticas de exclusão que reverberam no sistema internacional, impactando diretamente a posição da Índia no Complexo Regional de segurança. Para tal fim, os seguintes objetivos específicos serão buscados:

1. Compreender através da relação entre a teoria construtivista e identidade a construção da securitização.
2. Analisar os posicionamentos e políticas do Primeiro-Ministro Narendra Modi acerca de assuntos de segurança, para demonstrar o retorno da securitização da população muçulmana no país.
3. Compreender o impacto da securitização indiana no Complexo Regional Sul-Asiático.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa fundamentada na revisão sistemática de literatura. Para embasar essa análise, são utilizadas as teorias construtivistas e da securitização. A teoria construtivista oferece ferramentas para entender como as identidades nacionais são moldadas e utilizadas para sustentar políticas públicas,

enquanto a teoria da securitização esclarece como narrativas de ameaça são construídas e legitimadas pelo Estado. Esses aportes teóricos permitem uma investigação aprofundada sobre o papel do discurso e das práticas de governo na redefinição da segurança e da identidade na Índia contemporânea. Ademais, falas e posicionamentos do primeiro-ministro indiano e membros de seu partido serão consideradas na análise dos atos de fala que permeiam a securitização. Produções acadêmicas sobre o tema serão observadas, além de relatórios, documentos oficiais e reportagens.

O impacto dessas políticas ultrapassa as fronteiras do território indiano, influenciando diretamente as dinâmicas do Complexo Regional de Segurança sul-asiático. A posição da Índia como potência emergente no cenário internacional é analisada à luz de sua postura em relação aos vizinhos, especialmente o Paquistão. A histórica disputa pela Caxemira, combinada com a retórica nacionalista hindutva, intensifica rivalidades e complica a busca por soluções cooperativas para os problemas regionais.

A dissertação está estruturada em dois capítulos principais. No primeiro capítulo, apresentam-se os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa, com destaque para a relação entre identidade, discurso e segurança. Exploram-se as contribuições da Escola de Copenhague, em particular a teoria da securitização, e o conceito de Complexos Regionais de Segurança. Para tal fim, foram visitadas as produções de Alexander Wendt (1999) acerca do construtivismo, de Barry Buzan (1983, 1998, 2003, 2011, 2012) sobre a securitização, Escola de Copenhague e Complexos Regionais de Segurança, Ole Wæver (1995, 1998, 2003) também foi utilizado para tratar da securitização e CRS. Esse capítulo estabelece a base analítica para compreender como narrativas de ameaça são construídas e legitimadas.

No Capítulo 2, examinam-se os discursos e as políticas implementadas pelo governo Modi, como foco nos mecanismos de re-securitização da população muçulmana. Inicialmente foi traçado o histórico da ascensão da ideologia hindutva e do partido BJP. Em seguida foram abordados os posicionamentos de Narendra Modi em detrimento da população muçulmana durante sua atuação política. Política estatais, medidas de perseguição anti-islâmicas e de construção da população muçulmana enquanto ameaça à existência hindu foram observadas em seguida. Além disso, dois episódios foram selecionados para demonstrar a aplicação de políticas que visam colocar a população muçulmana na esfera da segurança: a revogação do Artigo 370 e a Lei de Emenda à Cidadania em Assam, bem como seus impactos na dinâmica doméstica regional. Finalmente, o capítulo ainda aborda as projeções da Índia no complexo sul-asiático durante o governo Modi. A discussão também considera as implicações dessas políticas para o futuro da Índia como uma democracia multicultural, destacando os desafios

para manter a estabilidade interna e a liderança regional, comprovando que a hipótese da pesquisa foi alcançada.

Esta pesquisa pretende contribuir para o debate acadêmico sobre o impacto do nacionalismo nas democracias contemporâneas, oferecendo uma análise crítica das interseções entre identidade, discurso e segurança. Ao investigar as implicações das políticas do governo Modi, busca-se não apenas compreender as transformações internas da Índia, mas também identificar os desdobramentos regionais e globais de uma agenda política que redefine a identidade nacional a partir da exclusão do “outro”. Assim, o estudo espera iluminar nas complexas dinâmicas de poder no sul da Ásia, ressaltando as consequências de políticas nacionalistas para a segurança e a estabilidade regional.

Em um momento em que as democracias ao redor do mundo enfrentam desafios relacionados à polarização política e ao crescimento de discursos excludentes, a análise do caso indiano oferece lições relevantes para o estudo das Relações Internacionais. Ao destacar a relação entre política doméstica e posicionamento internacional, esta pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas que moldam o cenário político contemporâneo, evidenciando como discursos e práticas de exclusão podem ter impactos nas relações interestatais.

2 A RELAÇÃO DA IDENTIDADE, DISCURSO E O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA

O objetivo dessa sessão consiste em apresentar de que forma a identidade contribui para a construção de discursos securitizantes. Para tal fim serão observadas a teoria construtivista, a teoria da securitização e de que forma a posição da Índia no Complexo Regional de Segurança pode ser compreendido. A interação dos atores em um sistema, ou em suas regiões, são elementos centrais para estabelecer discursos e compreender a relação dos atores. Assim, a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança é imprescindível para a conceber a posição de um país no sistema e como este se projeta frente aos vizinhos. Nesse sentido, a teoria da securitização busca observar a segurança por meio dos discursos dos detentores de poder, os elementos discursivos e de aceitação da audiência presentes na teoria.

2.1 Teoria Construtivista

A teoria construtivista foi primordialmente abordada nas Relações Internacionais, em 1989, por Nicolas Onuf no livro *“World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations”*. O objetivo da obra consistia em “reconstruir” o campo de estudos das Relações Internacionais partindo do pressuposto de que “[...] as pessoas sempre constroem ou constituem a realidade social, mesmo quando o seu ser, que só pode ser social, é construído para elas” (Onuf, 1989, p. 1, tradução própria)¹. A partir dessa ideia de realidade social que o construtivismo centra seus princípios.

O construtivismo apresentado na obra de Onuf (1989) busca tornar o estudo das Relações Internacionais uma área contribuinte a teoria social observando a sociedade política. Além disso, o autor baseia o construtivismo na exploração de regras, uma vez que as relações sociais humanas dependem delas. Ademais, as regras não somente regulam aspectos do mundo, mas primordialmente constituem situações. Para analisar a vida social é necessário começar observando as regras, os agentes da sociedade só tomarão esse papel através delas (Zehfuss, 2004).

Para o autor, as regras são conceitualizadas a partir dos atos de fala, visto que a linguagem é performativa. O ato de fala consiste em utilizar da fala de tal forma que leve outra pessoa a agir, tomar alguma ação (Zehfuss, 2004, p. 20). Uma vez que, essa fala é repetidamente proferida gerando consequências, isso se torna uma convenção e

¹ No original: “[...] people always construct, or constitute, social reality, even as their being, which can only be social, is constructed for them”.

consequentemente uma regra. Nesse sentido, para Onuf (1989) as regras tornam o mundo material em uma realidade social.

Outro autor central para a corrente teórica, e para esse trabalho, é Alexander Wendt (1999) que apresenta como a teoria construtivista é movida por questões de cunho sociológico como a formação de identidades e interesses, no âmbito das Relações Internacionais isso se traduz na observação de como as interações influenciam os sujeitos. Nesse sentido, os Estados agem de forma diferente a depender do ator que está se relacionando. Com isso, a anarquia é resultado de uma construção social relacionada à identidade dos Estados no sistema.

A concepção que os atores possuem de si próprios é construída a partir de expectativas e entendimentos, isso constitui a sua identidade. Estas são resultados da socialização e elas estão ligadas ao ambiente no qual os atores estão inseridos, dessa forma, os Estados podem possuir diversas identidades. Com isso, a identidade é resultado da compreensão de si e na percepção do outro. Assim, os Estados baseiam suas ações nos significados que determinados atores e objetos possuem em suas percepções e esses significados são resultantes da interação (Wendt, 1992, 1999; Zehfuss, 2004). Nesse sentido, as instituições são os resultados desses interesses e identidades, elas não existem fora das ideias dos atores que as constituem, com isso: “[...] a institucionalização é um processo de internalização de novas identidades e novos interesses, não algo acontecendo fora destes e afetando somente o comportamento” (Wendt, 1992, p. 432).

Ademais, as identidades possuem quatro tipologias: (1) pessoal ou corporativa; (2) tipo; (3) papel; e (4) coletiva. Em primeiro lugar, as identidades são estabelecidas a partir de estruturas que fazem com que os atores sejam distintos entre si, portanto, nesse escopo só possuem uma identidade. As visões pessoais ou corporativas são a base para outras identidades, assim a segunda tipologia seria uma espécie de rotulação aplicada a atores que compartilham características com valores sociais. Nesse sentido, a concepção do outro sobre si determina as características em comum que abarcam essa identidade, porém, faz-se necessário destacar que nem toda semelhança compartilhada faz parte do tipo de identidade. Já papel demonstra a identidade apenas em relação ao outro e depende dessa percepção para existir. Por fim, a identidade coletiva constrói, a partir da relação de si e do outro, a identificação. Nesse cenário as noções de si e outro tornam-se o “eu”, sendo o resultado da combinação do tipo e papel da identidade (Wendt, 1999).

Ao observar uma das instituições presentes na anarquia, Wendt (1992, 1999), destaca a autoajuda. Nesse contexto, é relevante considerar que a formação de identidades nesse cenário está ligada a preservação da segurança de si próprio, assim a percepção de segurança difere

em relação ao outro ator. Em um sistema de segurança competitivo os ganhos de um Estado são percebidos como a perda do outro, nessa lógica mais “realista” da interação dos atores, estes temem constantemente uns aos outros. Já em um sistema individualista, ou “neoliberal”, os Estados são imparciais à própria segurança em relação aos demais atores, assim a ação coletiva é provável. Ambos os sistemas são formas de autoajuda, uma vez que os Estados lidam com a segurança de forma individual, em contraste com o sistema cooperativo.

Em vista disso, “a autoajuda é uma instituição, não uma característica constitutiva da anarquia” (Wendt, 1992, p. 434) uma vez que, ela não é a única instituição presente na anarquia, considerando que o sistema de segurança cooperativo, a autoajuda não está presente. Dessa forma, os Estados compreendem a segurança como uma responsabilidade de todos. Sendo assim, dependendo do grau de ação coletiva, as práticas de segurança serão compartilhadas (Wendt, 1999).

Com isso, Wendt (1992, p. 438) aponta que os sentidos em torno dos quais a ação é organizada resultam da interação. Sendo assim, pode-se inferir que as ameaças são construídas a partir das percepções de um ator, assim os gestos e ações de um Estado em relação a outro determinam as medidas de segurança que serão adotadas, isso é denominado de ato social. A partir dessa interação que as estruturas sociais são construídas, baseado nas identidades e interesses dos atores nessa relação, em seus primórdios, as relações não são fundamentadas no dilema de segurança, uma vez que, a anarquia é construída por meio do processo social (Wendt, 1999).

Acerca da soberania, esta depende da existência do outro para perdurar, portanto, esta não somente constitui um Estado específico, mas também uma comunidade. Nesta os atores reconhecem mutualmente suas autoridades políticas dentro de seus territórios, “o local das fronteiras entre esses espaços é às vezes contestado, é claro, sendo a guerra uma prática por meio da qual os Estados negociam os termos de sua individualidade” (Wendt, 1992, p. 452). O direito de um Estado sobre um território só existe devido ao reconhecimento mútuo dessas fronteiras que favorece a estabilidade entre esses atores, sem essas normas suas identidades desapareceriam enquanto soberanos ou até mesmo enquanto unidades estatais (Wendt, 1999).

Nesse sentido, compreende-se que as práticas regulares constituem as identidades e as estruturas que a sustenta. A soberania, portanto, influencia nas percepções de política de poder e segurança de três maneiras. Inicialmente, os Estados estabelecerão sua segurança com base na defesa de territórios específicos. Em segundo lugar, os Estados que seguem as normas da soberania respeitam a integridade territorial de outros. As consequências de invadir outro território são irrelevantes neste contexto, ao observar o porquê de grandes potências não

buscarem se expandir, o reconhecimento que essas recebem dos demais atores contribuem para a manutenção de uma sociedade internacional. Por fim, a socialização dos Estados demonstra que as suas soberanias estão ligadas ao reconhecimento dos demais e dependem disso para a manutenção da segurança (Wendt, 1999).

Em relação aos conflitos, estes podem ser vistos como ideacionais, estão relacionadas as percepções de um ator e nessa relação entre a identidade do outro e a própria identidade que os inimigos ou amigos são determinados (Michael, 2018). Identidade consiste na visão que tem de si próprio em relação aos outros, ela é constituída a partir do contexto social em que os atores estão envolvidos. A visão de Wendt (1999) acerca da identidade foca na constante interação entre os Estados e segundo Shafique (2011, p. 6, tradução própria)²:

Há, portanto, um argumento convincente de que a conceituação de identidade de Wendt não implica 'identidade', mas é simplesmente uma descrição do comportamento. A 'centralidade dos gestos físicos' para a estrutura de Wendt torna 'impossível analisar a identidade [formação e] transformação como um processo discursivo'.

Com isso, é relevante observar a sociabilidade do Estado para além das interações sistêmicas. Segundo Zehfuss (2001), o conceito de identidade de Wendt (1999) falha em lidar com identidades instáveis e ignora os processos de construções do Estado. A identidade se torna apenas algo que será, de certa forma, estável e algo que pode ser negociado entre os atores estatais. A identidade, no Construtivismo, portanto, é uma variável, uma vez que depende do contexto social, cultural, histórico e político no qual está inserido (Hopf, 1998).

O autor Hopf (1998) destaca a visão do construtivismo acerca do poder que considera tanto o poder material - econômico e militar - quanto o poder discursivo fundamentais para compreender as dinâmicas entre atores. Ideias e discursos como forma de poder não são inovações do construtivismo, mas a teoria aponta que "o poder das práticas sociais reside na sua capacidade de reproduzir os significados intersubjetivos que constituem as estruturas e os atores sociais" (Hopf, 1998, p. 178, tradução própria)³. As práticas sociais reproduzem a identidade e a estrutura social, com isso, as condutas dos atores são previsíveis em um ambiente socialmente estruturado, tornando as relações no sistema mais confiáveis, por terem consciência das respostas e consequências das ações.

Consoante aos elementos apresentados, pode-se compreender que a Teoria Construtivista nas Relações Internacionais se baseia em diversos elementos para apontar, em

² No original: "There is thus a compelling argument that Wendt's conceptualisation of identity does not entail 'identity' at all, but is simply an account of behaviour. The 'centrality of physical gestures' to Wendt's framework makes it 'impossible to analyse identity [formation and] transformation as a discursive process'".

³ No original: "The power of social practices lies in their capacity to reproduce the intersubjective meanings that constitute social structures and actors alike".

primeiro lugar, que o conhecimento é socialmente construído. Os fatos são identificados, e não passivamente aceitos, uma vez que noções pré-existentes orientam a visão de mundo e constituem conceitos. Assim, os significados e o conhecimento são construídos socialmente e os conceitos são parte constituinte da linguagem. Pode-se compreender que a linguagem é intersubjetiva por não existir somente nas mentes e por ir além do seu uso individual. Em segundo lugar, a teoria aponta que o mundo social é construído a partir das identidades dos atores e suas interações. Por fim, o construtivismo foca em como “[...] a construção social do conhecimento pode afetar a construção da realidade social e vice-versa” (Guzinni, 2005, p. 499, tradução própria)⁴. A compreensão de como a realidade é construída e da relevância da linguagem para transmissão de significados são primordiais para avançar na discussão da securitização. A construção social de ameaças, o posicionamento do Estado frente a elas e a tomada de decisão perpassam pelo processo de securitização apresentado a seguir.

2.2 Escola de Copenhague e Securitização

Uma vez apresentado o panorama do Construtivismo, considera-se importante se aprofundar nas contribuições da Escola de Copenhague. Nesse sentido, dentro do contexto do pós-Guerra Fria, os estudos de segurança internacional foram profundamente impactados com o fim da ordem bipolar, com isso, a perspectiva realista adquiriu diversos críticos por falhar em prever o fim desse período (Tanno, 2003). Com as novas dinâmicas internacionais, o campo de estudos de segurança precisou se diversificar e “se tornou talvez o fórum primário no qual abordagens largamente construtivistas têm desafiado teorias tradicionais - em sua maioria realistas ou neorrealistas [...]” (Williams, 2003, p. 511). Assim, o construtivismo, por meio da Escola de Copenhague, impactou os estudos agrupando vertentes diversas dos estudos de segurança e as abordagens realistas e construtivistas das Relações Internacionais em uma evolução radical da área de segurança (Duque, 2009).

A denominada Escola de Copenhague é o nome adotado para se referir às produções realizadas no âmbito do *Center For Peace and Conflict Research*, fundado em 1985, e possui atualmente o nome de *Conflict and Peace Research Institute* (COPRI). A Escola classifica-se como parte da vertente abrangente dos estudos de segurança, relacionada ao construtivismo interpretivista e convencional, uma vez que observa ameaças não militares como elementos para o alargamento da agenda e atrela a definição de segurança ao ato de fala. Essa posição é

⁴ No original: “on how the social construction of knowledge can itself affect the construction of social reality and vice versa”.

intermediária entre a perspectiva tradicionalista, que é racionalista, positivista e convencional, e a dimensão crítica, ligada ao construtivismo pós-moderno ou crítico. A linha abrangente da Escola de Copenhague elaborou um quadro teórico e conceitual que observa as continuidades e alterações do cenário internacional. Ademais, contribuiu para um melhor diálogo entre os estudos sobre segurança desenvolvidos nos Estados Unidos e os estudos de paz europeus (Duque, 2009).

Inicialmente, os trabalhos da Escola de Copenhague utilizavam o conceito de segurança derivado das produções realistas. Segundo Barry Buzan (1991 *apud* Tanno, 2003), o Estado deveria ser o objeto principal de análise, apesar de ainda incluir ameaças políticas, econômicas, sociais e ambientais. Para Grace Tanno (2003), faz-se necessário observar os trabalhos de Buzan a fim de compreender o quadro teórico da Escola de Copenhague. Em 1983, Buzan publicou *People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations* que foca na característica militar dos assuntos de segurança nacional, porém, na edição de 1991, o livro foi renomeado para *People, States and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era* e o autor apresentou uma visão abrangente que se alinhava com a corrente realista. Apesar de apresentar a relevância de considerar ameaças sociais, econômicas e ambientais, Buzan manteve uma visão estadocêntrica das questões de segurança (Tanno, 2003).

As alterações nas obras de Buzan, decorrentes do desenvolvimento da Escola de Copenhague, é observável na obra *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*, de 1993. Devido à ocorrência de guerras de caráter étnico no Leste Europeu, o autor começa a reduzir a relevância do Estado como elemento central da questão de segurança e adiciona a questão das identidades nacionais, uma vez que a observação exclusiva do Estado não é suficiente para compreender esses conflitos. Assim, devido às mudanças sistêmicas ocorridas nos anos 1990 e a redução da relevância de questões tradicionalistas de segurança, a Escola adquiriu uma postura de adoção de novas perspectivas teóricas, o realismo foi perdendo sua influência e visões construtivistas críticas e pós-modernas foram abarcadas. Em 1998, a Escola de Copenhague publicou o livro *Security: a New Framework for Analysis* que apresenta algumas modificações em seus conceitos e demonstra a relevância de trabalhos individuais como a de Ole Waever (1995) para as produções do grupo (Tanno, 2003).

O conceito de securitização, inicialmente apresentado por Waever (1995) e posteriormente pela Escola de Copenhague, demonstra a presença do construtivismo enquanto perspectiva epistemológica na produção do grupo. Ao contrário da perspectiva realista que relaciona a segurança à existência de ameaças objetivas, a teoria da securitização aponta que

são as práticas intersubjetivas de um agente securitizador que estabelece as ameaças percebidas. Essa não foi a primeira vez em que essa relação foi estabelecida, uma vez que Wendt (1999), ao questionar por que alguns Estados são percebidos como ameaça mesmo possuindo as mesmas características de outros que não são. Assim, os autores de Copenhague agem em consonância com a ideia construtivista, de Wendt e Onuf mencionados na sessão anterior, de que o mundo social, em suas identidades e atores, são construídos por meio de percepções e práticas intersubjetivas e coletivas (Duque, 2009).

Ole Waever (1995), aponta que o conceito de segurança foi observado raramente em relação ao seu uso ao longo da história. Entretanto, na década de 1980, o conceito passou a ser mais abrangente e embarcar além da esfera estatal, as pessoas. Com isso, o autor se propõe a apresentar uma visão acerca da segurança e de suas implicações, uma vez que indivíduos podem ser afetados por diversos aspectos - culturais, políticos, econômicos. Com isso, o autor, busca compreender os problemas de segurança como elementos distintos aos problemas intrínsecos à realidade humana.

Inicialmente o autor apresenta a dificuldade de lidar com a segurança das pessoas, uma perspectiva mais abrangente, em relação aos assuntos nacionais do Estado, e estabelece quais elementos a constituem, ou seja, “decidir onde parar” (Weaver, 1995, p. 67). As tentativas de abranger a abordagem dessa temática fizeram com que pesquisadores apenas aplicassem a noção de segurança em outras perspectivas. Para Waever (1995), isso se torna um problema, devido à incompatibilidade de temáticas como defesa militar e indivíduo. Assim, o conceito a segurança individual e internacional não existem, pois ela é associada às questões nacionais e não ao uso corriqueiro da palavra segurança. Esse conceito, portanto, se refere ao nível nacional.

Nesse sentido, o autor não tenta demonstrar que a segurança não pode ser relacionada ao indivíduo, mas que ela precisa ser observada a partir da lente da segurança nacional. O nível estatal é o funil das dinâmicas internacionais de segurança para as de nível individual. Com isso, Waever (1995, p. 69, tradução própria)⁵ aponta que “a segurança é, em termos históricos, o campo onde os Estados se ameaçam, desafiam a soberania uns dos outros, tentam impor a sua vontade uns aos outros, defender a sua independência, e assim por diante”. Entretanto, não se deve prender pela definição, pela palavra segurança, mas tomar consciência de seu conceito e das operações no campo de prática de segurança.

⁵ No original: “Security is, in historical terms, the field where states threaten each other, challenge each other’s sovereignty, try to impose their will on each other, defend their independence, and so on”.

Ao observar as operações de segurança no ato de fala e modalidade, pode-se aplicar o conceito de segurança a outros campos de análise como a sociedade. Para o autor, a segurança passa a ser compreendida a partir de um jogo de palavras, ações e códigos que contribuirão para observar as interações sociais (Weaver, 1995, p. 70). Nesse sentido, para abranger o conceito de segurança pode-se observar as ameaças, para além das militares. As ameaças delimitam o que é um problema de segurança e ao apontar esse problema o Estado toma as decisões para lidar com ele (Duque, 2009). As elites e o Estado determinam essa ameaça: “os detentores do poder podem sempre tentar utilizar o instrumento de securitização de uma questão para obter controle sobre ela. Por definição, algo é um problema de segurança quando as elites assim o declaram” (Weaver, 1995, p. 73, tradução própria)⁶.

Consoante aos elementos apresentados, a teoria da securitização aponta que segurança é acionada por um ato de fala. Ao enunciar um problema de segurança, no objeto de estudo desta pesquisa, um representante de um Estado atribui um direito especial para lidar com o problema. Pode-se compreender, portanto, que um problema só se torna de segurança após ser definido como tal por detentores de poder. A securitização envolve diversas abordagens metodológicas e busca observar interações sociais e relações entre atores (Hartmann; Christensen; Rugaard-Morgan, 2019).

Em consonância com a natureza das ameaças percebidas, a securitização pode ser *ad hoc* ou institucionalizada, uma vez que uma ameaça é persistente, essa se tornará institucionalizada. Ademais, para Buzan, Waever e Wilde (1998, p. 23, tradução própria)⁷, a “securitização pode assim ser vista como uma versão mais extrema da politização”, ou seja, um assunto securitizado é apontado como uma ameaça à existência do Estado e pode sair da normalidade dos procedimentos políticos para ser tratado. Entretanto, em “Estados fracos”, a vida política corriqueira e as questões de política normal são postas como problemas de segurança. A institucionalização de questões fora da segurança não é possível. Com isso, para os autores a maior securitização dos assuntos do Estado deve ser percebido como algo negativo, pois demonstra a incapacidade de lidar com esses problemas no âmbito da política normal (Buza, Waever, Wilde, 1998). Isso pode ser exemplificado a partir da temática desse trabalho, em que o discurso de Narendra Modi e seu partido BJP (*Bharatiya Janata Party* ou Partido do Povo Indiano) é dotado de referências ao nacionalismo hindu e a colocação dos muçulmanos como ameaça para a Índia. Assim, Modi volta a colocar a rivalidade entre

⁶ No original: “Power holders can always try to use the instrument of securitization of an issue to gain control over it. By definition, something is a security problem when the elites declare it to be so.”

⁷ No original: “Securitization can thus be seen as a more extreme version of politization.”

islamismo e hinduísmo como centrais para a segurança do país. Isso pode ser visto na revogação do artigo 370, que concedia *status* semi-autônomo para a Caxemira indiana, região cuja população é de maioria muçulmana no país. O maior controle da região e a maior presença de militares se alinha ao discurso securitizante voltado aos muçulmanos no país.

Apenas apontar uma ameaça existencial através do discurso não é suficiente para criar a securitização, isso é apenas um ato securitizador. Para que um assunto seja securitizado é necessário que a audiência aceite esse discurso, e não seja imposto, assim as medidas tomadas, que estão fora da normalidade, adquirem legitimidade. Sem a aceitação da ameaça por meio do discurso, quaisquer ações adotadas são apenas um movimento securitizador (*securitization move*) e não uma securitização bem sucedida. O movimento securitizador, ou seja, as medidas adotadas para lidar com a ameaça, precisa ser negociado entre o agente securitizador, quem profere o discurso, e a audiência. A partir dessa relação, a legitimidade para ultrapassar as regras políticas existentes são estabelecidas (Buzan, Waever, Wilde, 1998).

Uma securitização bem sucedida segue três passos: estabelece a ameaça existencial, toma ações de emergência e afeta as relações entre as unidades por quebrar as regras (Buzan, Waever, Wilde, 1998, p. 25).

O sucesso de uma iniciativa de securitização não depende, todavia, apenas do esforço dos agentes: é preciso que a questão apresentada seja reconhecida socialmente como uma ameaça à segurança. Para tanto, é indispensável que existam significados intersubjetivamente partilhados entre os responsáveis pela formulação e implementação da sua agenda. Pressupõe-se que há limites socialmente definidos para o que pode ou não ser considerada questão de segurança (Tanno, 2003, p. 58).

Uma vez que a segurança coloca a política para além das regras pré-estabelecidas, a questão é posta em um patamar acima da política. Desta forma, a securitização é percebida como uma forma mais extrema da politização e impacta o processo de tomada de decisão em relação ao objeto referente (Duque, 2009; Weaver 1995). Ademais, para que as medidas de securitização sejam implementadas com sucesso é necessário existirem condições facilitadoras que estão atreladas a práticas e estruturas estabelecidas na sociedade. Nesse sentido, pode-se compreender que a securitização somente será aceita se esses significados compartilhados pela população sejam resultados da construção histórica da sociedade. O discurso securitizador precisa incluir a ameaça existencial, um ponto de não retorno e um possível caminho fora da ameaça, esses elementos podem ser acompanhados de componentes específicos de cada setor pertencente à ameaça, setor político ou social, por exemplo (Buzan, Waever, Wilde, 1998).

Faz-se importante destacar que assim como um assunto pode ser colocado na esfera da segurança, em contrapartida, essa questão pode ser dessecuritizada, assim, o problema securitizado retorna para a esfera da política comum. Segundo Roxanna Sjöstedt (2020, p. 32), essa questão pode passar pela dessecuritização através do silenciamento do problema, da rearticulação, da substituição e do enfraquecimento. Após a dessecuritização uma questão pode voltar a ser posta como uma ameaça, passando pelo processo de ressecuritização. Para a autora essa questão é pouco investigada, porém destaca que o processo de colocar algo de volta na agenda pode ser diferente da primeira vez que este foi apresentado como ameaça (Sjöstedt, 2020).

As produções da Escola de Copenhague acerca da teoria da securitização também são passíveis de críticas. Assim, uma das críticas ressalta o papel dos atos de discurso, uma vez que a principal forma de estudar a securitização é através dos discursos. Os críticos apontam que esse elemento limita a securitização devido à existência de uma estrutura opressora que faz com que alguns dilemas de segurança sejam silenciados. Em segundo lugar, devido à origem europeia da escola, a securitização possui uma capacidade analítica restrita a diferentes realidades sociais. Entretanto, pode-se argumentar que essa limitação é fruto das produções acadêmicas e não a capacidade analítica e reflexiva da teoria. Outra crítica destaca a audiência e a falta de clareza em relação ao papel desempenhado por ela. O discurso de securitização pode ser direcionado a diferentes setores da sociedade a depender do resultado buscado pelo agente securitizador, nesse processo a audiência possui um papel ativo, em que o ator buscará adaptar as medidas adotadas na securitização para receber o apoio da audiência. Assim, a ameaça existencial não é construída apenas pelo ator securitizador e a audiência possui um papel ativo nesse processo e a escola falhou em especificar esse elemento (Sjöstedt, 2020).

2.3 Complexos Regionais de Segurança

No âmbito da Escola de Copenhague, outra teoria de grande relevância desenvolvida foi a dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) com objetivo de compreender as dinâmicas de segurança internacional sob a ótica das regiões. Buzan e Wæver (2003) apontam que apesar do sistema internacional impactar as questões de segurança, essas possuem uma conexão mais fortes com a região na qual estão inseridas (Fuccille; Rezende, 2013). Nesse sentido, a teoria dos CRS pode ser vista no intermédio entre o Estado e o sistema global, sendo definida como: “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos, estão tão interligados que seus problemas de

segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros” (Buzan; Waever, 2003, p. 44, tradução própria)⁸. Essa definição foi reformulada pelos autores com objetivo de remover o enfoque estadocêntrico e político-militar que a primeira definição de 1983 abarcava, uma vez que, ao invés de tratar de “unidades” a definição trazia “grupos de Estados”. Assim, após a reformulação, a teoria passou a observar diferentes atores, porém faz-se necessário destacar que a nova abordagem continua compreendendo os Estados como atores dominantes, apesar da inclusão de novos agentes no sistema internacional - que continua sendo visto como predominantemente estadocêntrico (Buzan; Waever, 2003).

Para Buzan e Waever (2003), apesar da maioria das questões de segurança envolverem o Estado, expandir a agenda de segurança para além dessa figura é necessário, uma vez que, outros níveis de análise precisam ser considerados. Com isso, a distinção dos objetos referentes e os atores securitizantes são de suma importância, a fim de observar o processo de securitização. A securitização é um ato performático no qual se observam as condições sociais de quem securitiza uma questão e não a ameaça em si. Os Complexos Regionais de Segurança são resultados da interação das unidades de determinada região, nesse sentido, as relações entre os atores são o foco da análise e não os objetos referentes. A teoria dos CRS possui natureza construtivista por observar a relação das unidades entre si e depender da compreensão dos atores em relação aos padrões e amizade e inimizade, bem como suas ações no sistema. Ademais, Fuccille e Rezende (2013) destacam que apesar da natureza construtivista de interpretação da socialização dos atores, a teoria também possui um caráter realista ofensivo por observar a distribuição de poder nos níveis regional e global.

Buzan e Waever (2003), desenvolveram o Complexo Regional de Segurança com objetivo de apontar os níveis regionais como apropriados para análises de segurança. Os estudos de segurança possuíam o enfoque predominantemente global ou nacional. Para os autores, a segurança nacional não é um nível adequado de análise, pois a segurança doméstica não é limitada unicamente ao território nacional e as análises de segurança nacional ignoram o contexto sistêmico no qual o Estado está inserido. Além disso, a segurança global não pode ser concebida como um todo, já que, em termos de segurança, o globo não está totalmente integrado e apenas em casos de potências ou superpotências que o todo se torna uma preocupação para os países. No caso das regiões, os Estados e outras unidades precisam estar suficientemente próximos e possuir certo nível de interdependência para que sua segurança não possa ser considerada individualmente. Desse modo, “o nível regional é onde os extremos

⁸ No original: “a set of units whose major processes of securitizations, desecuritization, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another”.

da segurança nacional e global interagem e onde ocorre a maior parte da ação” (Buzan; Waeber, 2003, p. 43, tradução própria⁹), observa-se a interconexão dos poderes globais no sistema e dos aglomerados de interdependência de segurança regionais. Cada CRS é constituído pelos medos e aspirações das unidades, resultado de suas composições domésticas, a segurança das unidades e a intervenção do poder global pode ser compreendido pelas dinâmicas regionais de segurança.

Enquanto teoria, o CRS apresenta um nível de análise apropriado para os estudos de segurança, além de contribuir na organização de estudos empíricos e, por fim, pode ser utilizada para estabelecer cenários que se baseiam na teoria. A partir das interações advindas da proximidade geográfica, da interação das estruturas anárquicas e das repercussões da balança de poder, o Complexo Regional de Segurança é formado. Com isso, pode-se apontar que, a proximidade física entre as unidades cria uma maior interação de segurança, devido a ameaças se espalharem com maior facilidade em distâncias menores. Assim, a questão da adjacência geográfica se manifesta de forma mais forte nos setores ambientais, sociais, políticos e militares, porém, usualmente, não impacta o setor econômico. Todos os Estados fazem parte de uma rede de interdependência de segurança, mas a insegurança está diretamente ligada com a proximidade, tornando essa interdependência díspar. Assim, com a anarquia, a diversidade geográfica e a proximidade entre os Estados, criam-se padrões de aglomerados regionais onde a interdependência securitária é maior entre os Estados nesses complexos do que em relação aos de fora dele (Buzan, Waeber, 2003).

A exceção da premissa da proximidade geográfica está nos interesses das superpotências que atingem maiores distâncias e não se limitam aos Estados vizinhos. Assim, as ambições das grandes potências ultrapassam a questão regional, já potências menores reforçam esse Complexo Regional. Devido a isso, “os Estados menores ficam geralmente presos a um CRS entre os seus vizinhos, as grandes potências penetrarão normalmente em várias regiões adjacentes e as superpotências abrangerão todo o planeta” (Buzan, Waeber, 2003, p. 46, tradução própria)¹⁰, a presença de superpotências nas dinâmicas regionais é denominado de “penetração”. Esse fenômeno ocorre quando potências externas se alinham com Estados de um CRS, muitas vezes a balança de poder local faz com que os atores peçam ajuda externa, elevando uma questão inicialmente regional ao nível global.

⁹ No original: “*The regional level is where the extremes of national and global security interplay, and where most of the action occurs*”.

¹⁰ No original: “*Smaller states will usually find themselves locked into an RSC with their neighbours, great powers will typically penetrate several adjacent regions, and superpowers will range over the whole planet*”.

O objetivo relevante a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (TCRS) está em assegurar que as questões regionais sejam percebidas com a devida relevância na análise de segurança. Os padrões de ameaça nesse contexto são resultados das interações regionais, bem como da política, história e condições materiais dos atores. Do ponto de vista das grandes potências, as análises regionais informam de que forma a projeção de poder será moldada, com isso o nível regional é importante para as potências globais, mas é mais importante para os Estados que o constituem (Buzan, Waever, 2003, p. 47). Entretanto, faz-se necessário destacar que o CRS não é aplicado em qualquer grupo de Estados, estes precisam possuir um nível de interdependência de segurança suficiente para distinguir dos Complexos Regionais vizinhos. As regiões do complexo não são estabelecidas em termos discursivos, como, por exemplo, a Europa conforme definida em suas fronteiras, mas é um conceito analítico em regiões socialmente construídas e resultam das práticas de segurança entre os atores. Nesse sentido, as regiões do CRS podem coincidir com o entendimento geral de região ou não, e segundo Buzan e Waever (2003, p. 48, tradução própria)¹¹ “[...]‘segurança’ é o que os atores fazem dela”.

A TCRS foca em 4 níveis de análise: primeiramente, no nível doméstico dos Estados da região observam-se as vulnerabilidades de um Estado e, com isso, o tipo de insegurança que possui; em segundo lugar, as relações interestatais, que criam as regiões; em terceiro lugar, a interação da região com as regiões vizinhas, caso as relações impactem os padrões de interdependência de segurança; por fim, a atuação de potências globais na região. Os autores também observam subcomplexos de segurança, que possuem padrões de interdependência contidos em um CRS. Essas formações não são uma regra nas regiões, mas ocorrem com maior frequência em complexos maiores. Os quatro elementos constituem a “constelação de segurança” e estão conjuntamente operantes e o nível regional sempre será funcional e às vezes será dominante, portanto, não pode ser ignorado na análise.

Ademais, a estrutura essencial do CRS é constituída por quatro variáveis: fronteira; estrutura anárquica, uma vez que o complexo deve ser integrado por duas ou mais unidades autônomas; polaridade, que contribui para a compreensão da distribuição de poder entre os atores; e construção social, que analisa os padrões de amizade. Assim, o complexo pode tomar três formas. A primeira foca na manutenção do *status quo*, pois não existem alterações na estrutura. Em segundo lugar, a transformação interna, na qual ocorrem mudanças na estrutura, sem alteração nas fronteiras, podendo ser anárquica, padrões de amizade ou inimizade, ou polaridade. Por fim, a transformação externa aponta mudanças na fronteira, levando a

¹¹ No original: “‘security’ is what actors make it”.

mudança na posição do CRS e transformando consequentemente a estrutura. O CRS pode se manifestar de diversas formas. Quando não existe uma potência global presente na região, este é padrão e as relações de amizade-inimizade podem se manifestar como: conflituosas, regimes de segurança ou comunidade de segurança. Se uma potência está atuando na região, o complexo é centrado e pode ocorrer de três maneiras: unipolar, com uma grande potência no centro; unipolar com uma superpotência como polo; centrado com uma instituição integrando a região, ao invés de uma única potência (Fuccille, Rezende, 2013, p. 80).

Quadro 1. Teoria do Complexo Regional de Segurança Descritiva

Tipos análise da TCRS	Níveis de análise			
Constelação da Segurança	Doméstico	Interestatais	Interação da região com as regiões vizinhas	Potências Globais
Variáveis da estrutura essencial do CRS	Fronteira	Estrutura anárquica	Polaridade	Construção social
Evoluções do CRS	Manutenção do <i>status quo</i>	Transformação interna	Transformação externa	-

Fonte: elaboração própria a partir de Buzan e Waever (2003)

As dinâmicas de segurança de uma região estão dominadas por um centro, que está contido nela. Assim, existem diferentes tipos do Complexo Regional de Segurança que classificam os distintos papéis das potências na região e buscam compreender como a teoria pode ser aplicada em todo o globo. Inicialmente, faz-se necessário distinguir o CRS padrão do centrado. O primeiro pode ser constituído por dois ou mais Estados que compartilham a agenda de segurança, possuem estrutura anárquica e a polaridade é estabelecida a partir dos atores regionais, podendo ser unipolar ou multipolar. Além disso, esse complexo possui influência reduzida de uma potência global e, portanto, as dinâmicas locais, regionais e globais podem ser percebidas distintamente. Em contrapartida, o CRS centrado pode ocorrer de quatro formas, sendo as duas primeiras unipolares, com isso a região é dominada por uma grande potência ou uma superpotência e a potência regional não é capaz de contrabalancear o poder na região. Buzan e Waever (2003, p. 55) apontam como exemplo o caso da Índia que não é vista como uma grande potência devido à presença do Paquistão enquanto uma potência regional, assim um CRS padrão unipolar pode se tornar centrado sem o polo único

tornando-se uma potência global. Nesse contexto, apesar dos interesses da grande potência ser direcionado a segurança global, os interesses da região ficam em segundo plano ou a delimitação da região é distorcida, entretanto, os atores da região possuem seus interesses interligados e ainda é possível delimitar a região.

O terceiro CRS centrado demonstra regiões que estão interligadas por meio de instituições. Os atores em uma comunidade de segurança passam pelo processo de dessecuritização, por precisarem possuir confiança mútua e para TCRS os atores precisam se securitizar. Assim, apesar de idealmente as comunidades passarem a confiar nos atores presentes nela, na realidade as comunidades de segurança não esquecem as preocupações de segurança, mas as unificam. Nesse contexto, a comunidade de segurança possui uma securitização regional que não é individual, ator com ator, mas uma securitização coletiva dos desdobramentos da região (Buzan, Waever, 2003).

Alguns casos de CRS não se encaixam nos complexos padrões ou centrados por possuírem um número maior de poderes globais pelo sistema. Nesse caso, os complexos podem ser “Complexo Regional de Segurança de uma grande potência” ou “supercomplexos”, para os atores, esses sistemas poder ser vistos atualmente na Ásia. No CRS de uma grande potência, mais de um poder global o constitui, suas dinâmicas precisam ser consideradas por afetarem o sistema global de formas distintas ao CRS padrão e, por possuir mais de uma grande potência, o transbordamento das questões de segurança em regiões vizinhas é provável. Esse CRS é um híbrido dos níveis regionais e globais, a primeira diferença com um CRS padrão é o fato de ser parte das dinâmicas globais de segurança. Já a segunda distinção está no fato de provocar uma dinâmica de segurança inter-regional devido ao transbordamento das questões de segurança. Nesse sentido, as constelações de segurança adquirem mais um nível de segurança, observa-se o super regional no qual “[...] o nível inter-regional é forte e sustentado, como tem sido entre o Nordeste da Ásia e o Sul da Ásia, mas não tão forte que se sobreponha à dinâmica regional no CRS penetrado (nesse caso, Sul da Ásia)” (Buzan, Waever, 2003, p. 60, tradução própria)¹².

Existem dois cenários em que observar o nível regional não é possível, pois os atores não possuem padrões de interdependência de segurança. Assim, o CRS não irá se formar em caso de: sobreposição e não estruturação. O primeiro se refere aos interesses de uma potência excedem a penetração e, então, os padrões de segurança locais deixam de existir. Nesse

¹² No original: “[...] the interregional level is strong and sustained, as it has been between Northeast Asia and South Asia, but not so strong as to override the regional dynamics in the penetrated RSC (in this case, South Asia)”.

cenário, a potência é exterior à região e a segurança é definida por potências externas. Acerca do segundo caso, a região pode ser desestruturada quando os Estados não possuem capacidade de projetar seu poder para além de suas fronteiras e territórios isolados geograficamente. Nesses casos, a interdependência de segurança é insuficiente para estabelecer a estrutura do CRS (Buzan; Waever, 2003).

Quadro 2. Resumo dos tipos de Complexo de Segurança

Tipo		Pontos-chave	Exemplo(s)
Padrão		Polaridade determinada pelas potências regionais	Oriente médio, América do Sul, Sudeste asiático, Chifre da África, Extremo sul da África
Centrada	Super potência	Unipolar centrada em uma super potência	América do Norte
	Grande potência	Unipolar centrada em uma grande potência	Comunidade dos Estados Independentes, potencialmente o Sul da Ásia
	Poder regional	Unipolar centrada em um poder regional	Nenhum
	Institucional	Região adquire papel de ator através das instituições	União Europeia
Grande Potência		Bi ou multipolar com grandes potências como polos regionais	Europa pré-1945, Leste da Ásia
Supercomplexos		Dinâmicas de segurança com forte nível inter-regional, forte nível inter-regional de dinâmica de segurança resultante de grandes repercussões de poder nas regiões adjacentes	Leste e sul da Ásia

Fonte: adaptado de Buzan e Waever (2003, p. 62)

Em suma, a Teoria dos Complexos Regionais de segurança aponta que as regiões sempre serão significativas para a compreensão das interações de segurança entre unidades. Com isso, as percepções de amizade e inimizade entre os atores de uma região são o enfoque para a compreensão das relações no sistema, uma vez que as regiões são socialmente

construídas a partir dessas interações. Essas unidades precisam possuir uma interdependência de segurança e, conseqüentemente, uma proximidade geográfica, já que apenas potências ou superpotências conseguem penetrar regiões.

Ademais, segundo Buzan e Waever (2003), o conceito de securitização é uma ferramenta teórica relevante para observar a variação regional ao observar o que provoca o comportamento dos atores. Assim, a securitização atua em duas frentes para a TCRS: por um lado, a securitização impede que as dinâmicas de segurança sejam vistas por fatores objetivos, pois estas são resultados de questões políticas, permitindo que a variação regional e a interação das unidades sejam consideradas. Por outro lado, a segunda incumbência da securitização permite que decisões políticas de grande relevância sejam vistas para além da generalização materialista e decisões políticas (e inclusive atores) menos relevantes possam ganhar destaques nas análises desta teoria.

2.3.1 Índia e o Complexo Regional de Segurança

O autor Barry Buzan, através de diversos artigos e livros acadêmicos, dedicou parte de sua pesquisa a observar a Índia e sua posição enquanto ator na região asiática. Com isso, essa sessão busca observar como o papel na Índia no Complexo Regional de Segurança evoluiu com o passar tempo, para, por fim, compreender como o país passou a atuar durante o governo Modi. As análises do CRS podem ser estáticas ou dinâmicas, em relação à primeira concede uma perspectiva e perguntas que podem ser usadas em diversas situações, já a segunda provem “[...] uma classe de entidades duráveis cujos padrões e processos de evolução são de tanto interesse teórico, e talvez mais prático, como os das estruturas de poder do sistema como um todo” (Buzan, 1983, p. 114, tradução própria¹³). Com isso, a análise é dotada de um embasamento histórico e é resultado das realidades observadas.

O ano de 1983 marca as primeiras produções do autor acerca com CRS e suas análises do sul da Ásia. Com isso, em *People, States and Fear* aponta que essa região se configura com um Complexo de Segurança intermediário na qual as disputas indo-paquistanesas estão no centro. Os maiores Estados do território possuem suas seguranças interconectadas e conseqüentemente a segurança militar e política não pode ser vista como elementos singulares e devido à proximidade geográfica, Bangladesh, Butão, Nepal e Sri Lanka constituem o complexo. Ademais, Mianmar¹⁴ é apontado como um ator neutro que “amortece” as questões

¹³ No original: “[...] a class of durable entities whose patters and processes of evolution ar of as much theoretical, and perhaps more practical, interest as those of the power structures of the system as a whole”.

¹⁴ No texto de Buzan (1983) o país ainda era denominado Birmânia.

do sul da Ásia frente ao sudeste asiático. A China não integra o complexo sul asiático, uma vez que as prioridades do ator na região são externas às suas preocupações principais, porém é um ator relevante para as dinâmicas. O Irã também influencia a região, apesar de seu centro de segurança estar fora do complexo, esse ator conecta as questões do sul da Ásia com o Oriente Médio e o Golfo. Já o Afeganistão desempenha um papel periférico no sistema (Buzan, 1983, p. 106).

O CRS sul asiático é interconectado por questões regionais e a consequente prioridade da segurança nacional. As ameaças do sistema têm origem em suas próprias fronteiras devido a padrões regionais, históricos e nacionais, que estão enraizados nas relações dos Estados e ultrapassam os limites dos países. Com isso, uma das principais inseguranças da região está nas disputas interestatais, apesar de muitas já terem se encerrado, o conflito mais importante do complexo é entre a Índia e o Paquistão pela região da Caxemira. Em suma, “[...] esta disputa está ligada às instabilidades internas de ambos os Estados e simboliza a ameaça política estrutural que representam um para o outro” (Buzan, 1983, p.107, tradução própria)¹⁵ e ilustra a rivalidade de poder entre os países na qual o Paquistão tenta não ser superado pela Índia que adota uma postura de potência regional.

Duas disputas maiores, no século XX, possuem uma relação com o complexo sul asiático que deriva das rivalidades locais, em destaque a indo-paquistanesa: a disputa sino-soviética e a entre Estados Unidos e União Soviética (URSS). Essas competições influenciam a região de forma que intensificou a insegurança no complexo e com exceção da disputa fronteiriça sino-Indiana e a consequente guerra entre os países em 1962, em que a China saiu vitoriosa, a influência desses atores na região foi resultado de suas rivalidades. No contexto da Guerra Fria, com auxílio estadunidense, o Paquistão recebeu armamentos para combater a influência soviética e, com isso, seu poderio militar aumentou. Nesse contexto, as tensões com a Índia aumentaram e Nova Deli saiu de um país sem alinhamento na década de 1950 para, em 1962, assinar um acordo de armamentos com a URSS. A região da Caxemira era vista como um ponto estratégico, por estar próxima do território da União Soviética, assim poderia ser uma porta de entrada para expansão do comunismo soviético no sul da Ásia. Com isso, os Estados Unidos e a URSS buscaram estabelecer alguma forma de controle na região (Ahmed; Chakma, 2012). Ademais, devido ao apoio soviético recebido pela Índia, a China manteve o fornecimento de armamentos para o Paquistão e os dois Complexos Regionais estavam profundamente interconectados.

¹⁵ No original: “[...] *this dispute ties into the domestic instabilities of both states, and symbolises the structural political threat which they pose to each other*”.

No contexto após a guerra de Libertação de Bangladesh, em 1971, os Estados Unidos voltaram a atuar na região sul asiática e, por intermédio paquistanês, suas relações com a China não eram mais de inimizade. Para Buzan (1983), os alinhamentos da região pouco mudaram desde 1971, mas faz-se importante destacar três desenvolvimentos que impactam as relações no CRS do sul da Ásia. Primeiramente, o desenvolvimento do programa nuclear da Índia e do Paquistão, com testes realizados em 1974, após isso os países não receberam mais armamentos de seus apoiadores externos e as questões de segurança do CRS foram re-internalizadas (Buzan, 1983; Ganguly, 1998). Em segundo lugar, a busca paquistanesa por apoio de países islâmicos, com objetivo de superar o poderio indiano, apesar das relações com países do Golfo essas relações não impactaram o complexo. Por fim, a ocupação soviética no Afeganistão, que coloca o país sob ameaça de um aliado indiano em sua fronteira. A análise de Buzan (1983) aponta o complexo sul asiático como um exemplo dos CRS em que padrões locais de relação entre os Estados podem impactar e transformar poderes externos que atuam na região.

Durante a Guerra Fria, o CRS sul asiático pode ser visto como um complexo padrão com uma estrutura bipolar estabelecida na securitização mútua entre Índia e Paquistão. Os Estados da região compartilham de políticas domésticas que compartilham de instabilidades étnicas e religiosas que ultrapassam as fronteiras e se difundem pelo complexo (Buzan, Waever, 2003, p. 104). No nível global o complexo foi periférico para os principais desdobramentos da Guerra Fria, com isso, as imposições dessa estrutura apenas reforçaram as dinâmicas domésticas já existentes na região. Apesar do fim da Guerra Fria, as dinâmicas de segurança da região não passaram por grandes transformações e Buzan e Waever (2003), identificaram continuidades e rupturas nas relações do CRS.

O autor aponta casos de continuidade nos 4 níveis: doméstico, regional, inter-regional e global. Inicialmente, ao nível doméstico, a Índia se deparou com um governo instável em consonância com episódios de violência política com motivações étnicas e religiosas. A insurgência em Punjab e na Caxemira geraram altas causalidades e grande violência no país e os embates entre hindus e muçulmanos geraram violência comunal entre os grupos no contexto da ascensão de partidos nacionalistas hindus como o BJP (Buzan, Waever, 2003). A queda do *Congress Party*, partido secular e modernista, para um partido nacionalista hindu “[...] sugere que a Índia está passando por uma mudança na sua identidade nacional no sentido de uma auto-identidade cultural mais estreita, mais semelhante à dos seus vizinhos

islâmicos?” (Buzan, Waever, 2003, p. 108, tradução própria)¹⁶. Se esse cenário tomar forma, os autores apontam que as consequências para a securitização doméstica e regional seriam consideráveis.

A relação das inseguranças domésticas e a segurança da região manteve seu vínculo no pós-Guerra Fria. As tensões entre Índia e seus vizinhos limítrofes Nepal, Bangladesh e Sri Lanka se mantiveram, porém, o conflito com o Paquistão escalou. As questões envolvendo a disputa territorial pelo vale da Caxemira, a violência comunal, promovida pela escalada do BJP ao poder, e a rivalidade militar inflada pelo aumento das capacidades nucleares dos países são os três principais pontos de conflito indo-paquistanês nesse nível. Além disso, a atuação de grupos insurgentes sob apoio do Paquistão continuou na região e até contribuiu na invasão que se tornou a Guerra de Kargil, em 1999 e em uma série de ataques terroristas em 2002. Esses cenários de violência geram grande preocupação para a região devido às capacidades nucleares dos países que provavelmente recebeu apoio norte-coreano e chinês no caso do Paquistão e a Índia de Israel para desenvolverem seus armamentos (Buzan, Waever, 2003). Em maio de 1998, a Índia promoveu cinco testes nucleares e o Paquistão em seguida realizou seis, confirmando para a comunidade internacional suas capacidade nucleares (Schofield, 2003).

O supercomplexo asiático e as relações entre o CRS sul asiático e o Oriente Médio estão localizadas no nível inter-regional. Nesse contexto, as relações da China com a Índia e Paquistão mantiveram-se no mesmo padrão: Nova Deli apontando a China como uma ameaça e a China auxiliando o desenvolvimento nuclear paquistanês. Ademais, o Afeganistão atua como uma barreira entre o Oriente Médio e o complexo, porém os insurgentes treinados no país sob apoio de Islamabad¹⁷ estão diretamente envolvidos no conflito indo-paquistanês pela Caxemira (Buzan, Weaver, 2003; Neves Júnior, 2010). Por fim, em relação ao nível global, os Estados Unidos retiraram seu apoio ao Paquistão após o desenvolvimento do programa nuclear do país e, com o fim da presença soviética na região, a potência global não possuía interesses no complexo. Em pouco tempo, a Índia voltou a ter a Rússia como fornecedora de armas e tecnologia militar (Buzan, Waever, 2003).

Os casos de transformação podem ser vistos como uma continuidade, uma vez que são resultados de dinâmicas que sempre estiveram em movimento na região. A transformação interna do CRS sul asiático aponta que o Paquistão tem dificuldade em se equiparar a Índia e

¹⁶ No original: “[...] suggests that India is undergoing a shift in its national identity towards a narrower cultural self-identity more akin to that of its Islamic neighbours?”.

¹⁷ Capital do Paquistão.

sustentar a bipolaridade do complexo. Com o fim do apoio estadunidense e a crise financeira do país, a Índia não possui mais um adversário direto. Além disso, a transformação externa da região se pautaria em dois caminhos: na relação sino-indiana, na qual os países possuem uma rivalidade militarizada e a China apoia o programa nuclear paquistanês; e na ascensão da Índia como a terceira grande potência asiática. Para o segundo cenário, Nova Deli precisaria se projetar como potência para os países na Ásia. Nesse sentido, os autores apontam que o CRS sul asiático teria se transformado de uma bipolaridade para unipolaridade, uma vez que a Índia tem se fortalecido e o Paquistão perdido sua influência e poder (Buzan, Waever, 2003).

No século XXI, a posição da Índia no complexo de segurança do sul da Ásia não passou por transformações abruptas e manteve padrões de continuidade. No nível doméstico, o país teve que lidar com um maior nível de violência comunal e atividades de insurgência. Para Buzan (2011), devido as diversas identidades, religiosidades e grupos étnicos presentes na região, os casos de violência comunal atrelados à diversidade cultural parece ser parte da estrutura do CRS. Ademais, a ascensão dos partidos etno-religiosos indianos enfraqueceu a democracia secular do país “mesmo onde a democracia funciona, como de forma mais consistente na Índia, o processo democrático é cada vez mais capturado por mobilizações políticas divisivas ao longo de linhas étnicas, religiosas e/ou de castas” (Buzan, 2011, p. 5, tradução própria)¹⁸.

Os padrões de amizade e inimizade no nível regional mantiveram-se os mesmos. As duas maiores potências da região seguem em rivalidade e as questões etno-religiosas que ultrapassam as fronteiras continuam a ser o principal vínculo entre as questões regionais e internas. Buzan (2011), apresenta que por mais difícil de mensurar que seja, a mudança de polaridade é uma questão mantida no século XXI, essa posição pode ser contestada e é difícil de ser sustentada. Entretanto, as capacidades materiais do país garantem essa posição, porém a Índia não é hegemônica na região por não possuir capacidades coercitivas e a legitimidade para dominar o CRS. Isso ocorre, devido à ausência de interdependência econômica dos países da região com Nova Deli e pelo país não liderar de agendas ou organizações regionais (Buzan, 2011).

As questões inter-regionais do complexo possuem conexão com o Golfo, Oriente Médio e o leste da Ásia. O Afeganistão segue como uma barreira entre as questões de sua região e as do CRS, mesmo que a rivalidade indo-paquistanesa transborde para o país. As disputas sino-indianas continuam, por questões fronteiriças, de uso da água, navais, relações

¹⁸ No original: “Even where democracy operates, as most consistently in India, the democratic process is increasingly captured by divisive political mobilizations along ethnic, religious and/or caste lines”.

internacionais e econômicas. Para tal fim, a China tem apoiado Mianmar, Sri Lanka, Paquistão e Nepal, além de incrementar sua presença militar no oceano Índico. Para sustentar sua política de direcionamento para leste, a Índia busca competir com a presença chinesa na região, já no sudeste da Ásia o país possui boa relação com Singapura e Indonésia, além de conduzir exercícios militares nas águas da região. Com isso, Nova Deli está contrabalanceando a presença chinesa na região e no mar do sul da China promove extração de recursos em águas contestadas com outros Estados litorâneos (Buzan, 2011).

As relações entre Japão e Índia também se fortaleceram nesse período e apesar de não possuírem acordos econômicos ou militares, os países mantêm um padrão de amizade devido a suas posições enquanto democracias asiáticas. Além disso, o Japão é uma fonte de tecnologia de defesa contra mísseis balísticos. Os países se unem em meio as presenças estadunidenses e chinesas no continente para se posicionarem nas organizações intergovernamentais regionais e globais com objetivo de conseguirem assentos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC) (Buzan, 2011).

A projeção da Índia sob essas regiões é resultado de seu interesse em ser reconhecida como uma grande potência, assim, ao nível global busca manter relações mais próximas com os Estados Unidos. Cada vez mais o Estado anseia por ser percebido como uma grande potência devido a sua presença além da região sul asiática e, para isso, busca a solução da questão nuclear com acordo civil militar estadunidense e um constante crescimento econômico. Buzan (2011, p. 17, tradução própria) levanta o questionamento acerca de qual região a Índia integra: “o sul da Ásia ou uma região mais ampla do sul e leste da Ásia e Antípoda?”¹⁹.

Nas obras de Buzan observadas, nota-se que o autor percebe a Índia enquanto um Estado com capacidade para ser recebido como uma potência global, porém Nova Deli ainda precisa estabelecer acordos comerciais e se posicionar ativamente em organizações regionais e internacionais para ser percebida como potência. Além disso, o país precisa passar a se preocupar cada vez mais com a China, não somente por suas disputas fronteiriças, mas pela intersecção de seus interesses em regiões dominadas pelos chineses ou as projeções deles no CRS sul asiático. O ponto de maior destaque para esse trabalho que pode ser salientado dessa análise histórica é a necessidade da manutenção da Índia como um Estado democrático e o impacto negativo do fundamentalismo e das disputas etno-religiosas. Sendo assim, a natureza destas disputas da região e, consequentemente, da Índia, é resultado das instabilidades internas, fomentadas com a maior presença de partidos como o BJP na política indiana.

¹⁹ No original: “*South Asia or a wider South and East and Antipodean Asia?*”.

A identidade nacional pareceria, à primeira vista, estar totalmente preocupada com a divisão entre o secularismo e o hinduísmo na política indiana. A “revolução” do BJP alterou a relação entre identidade étnico-religiosa, identidade estatal e segurança. E na apresentação dos indianos seculares (os quais são os mais ouvidos fora da Índia), isto é quase um risco de segurança em si, porque ameaça a razão de ser da Índia (Buzan, Waever, 2003, p. 122, tradução própria)²⁰.

A alteração do Estado secular e multiétnico indiano para uma política nacionalista pode transformar o CRS sul asiático e as relações com os demais países da região. As alianças com as demais democracias asiáticas podem ser desfeitas e a projeção de poder do país ser recebida de outra forma. Com o desenvolvimento desse trabalho, a análise do papel da Índia no CRS sul asiático pós 2011, com destaque para os mandatos do governo Narendra Modi, serão investigados.

²⁰ No original: “National identity would at first seem to be fully occupied by the split between secularism and Hinduism in Indian politics. The BJP ‘revolution’ has altered the relationship between ethno-religious identity, state identity, and security. And in the presentation of secular Indians (who are the ones most often heard outside India), this is almost a security risk in itself, because it threatens the *raison d’être* of India”.

3 GOVERNO MODI E A RESSECURITIZAÇÃO DA POPULAÇÃO MUÇULMANA

Nesse tópico será examinado o impacto do governo Narendra Modi na re-securitização da população muçulmana na Índia, com ênfase em como o nacionalismo hindutva e as políticas implementadas pelo BJP que alteram as dinâmicas de segurança no país e na região. A análise aborda as narrativas construídas pelo governo para justificar políticas de exclusão, bem como seus reflexos na identidade nacional e nas relações com vizinhos no Complexo Regional de Segurança sul Asiático.

A seção inicial discute o papel do nacionalismo hindutva como fundamento ideológico das ações do BJP e do primeiro-ministro Modi. Em seguida, examina os discursos e políticas que reforçam a percepção da população muçulmana como uma ameaça à coesão do “Estado hindu”. Além disso, a narrativa de securitização será explorada em relação à Caxemira, uma região central para as tensões identitárias e securitárias, cuja maioria da população é muçulmana. Por fim, o capítulo considera as implicações dessas políticas para a posição da Índia no contexto do CRS.

3.1 Nacionalismo hindutva e o BJP

A Índia tornou-se uma colônia do Império Britânico em 1876, apesar da presença da coroa na região ser identificada desde 1757 com a chegada de comerciantes e da marinha. Em 1947, com a retirada britânica do subcontinente indiano, foram estabelecidos dois Estados, uma para a maioria muçulmana, o Paquistão, e outro para a maioria hindu do território, a Índia. A nação indiana tornou-se um país secular, com diversidade étnica que abriga diversas religiões, culturas e possui 20 idiomas reconhecidos como oficiais. Os fundadores da constituição defenderam a equidade das religiões do Estado indiano, porém, a narrativa do nacionalismo hindu, denominado hindutva, busca estabelecer a Índia como um país de apenas uma religião, instaurando políticas de exclusão e securitização de diversas etnias, mas principalmente contra os muçulmanos (Sarkar, 2020; Hartmann, Christensen, Rugaer-Morgan, 2019).

O Estado indiano garante a liberdade religiosa a partir da constituição de 1950, além disso, Jaffrelot (2021, p. 07) aponta artigos que garantem esse direito. Por exemplo, o artigo 15 que proíbe a discriminação baseada na religião, o artigo 29 garante o acesso a escolas públicas ou auxílios governamentais a todos, assim como o artigo 16 garante a todos indianos adentrar no funcionalismo público. Ademais, faz-se importante destacar o artigo 25 que garante a todos os indivíduos o direito de professar, propagar e praticar a sua fé. Com isso, a Índia possui os mecanismos para ser enquadrada no secularismo: a liberdade religiosa; a

equidade das religiões perante a esfera estatal; e os direitos iguais das religiões garantidos pela constituição. O país não possui uma religião oficial, assim o secularismo indiano pauta-se na premissa de que todas as religiões possuem o mesmo reconhecimento e direitos. Líderes indianos defenderam o secularismo como o primeiro-ministro Jawaharlal Nehru e o presidente Sarvepalli Radhakrishnan, porém a figura de maior destaque foi Mahatma Gandhi, que escreveu em seu livro, *Hind Swaraj*, uma crítica aos que são contra essa ideia (Jaffrelot, 2021).

Se os hindus acreditam que a Índia deve ser povoada apenas por hindus, eles vivem em um país dos sonhos. Os hindus, os muçulmanos, os parses e os cristãos que fizeram da Índia seu país são compatriotas e deverão viver juntos, nem que seja apenas por seu próprio interesse. Em nenhum lugar do mundo religião e nacionalidade são termos sinônimos, e na Índia nunca foi assim (Gandhi, 2010, p. 50).

O nacionalismo hindu baseia-se em ideias que perpassam a história do país desde o período colonial em que duas perspectivas do que a Índia deveria ser estavam em voga: a primeira visão aponta que o pertencimento ao país deveria ser estabelecido pelo princípio do, *jus solis*, pelo local de nascimento e não pela religião; já a segunda posição, defendida pelos hindutvas, aponta que a identidade hindu é inerente a concepção da Índia e as minorias precisam se adaptar a esses costumes (Sahoo, 2020).

A origem do nacionalismo hindu pode ser traçada a movimentos inicialmente apolíticos com a chegada dos europeus na Índia. Em resposta aos missionários católicos, os movimentos reformistas buscaram em leituras tradicionalistas e com interpretações livres da religião fortalecê-la, como, por exemplo, o movimento *Arya Samaj*, fundado em 1875, apontava que os hindus seriam descendentes do Aryans, as primeiras pessoas a existirem no planeta. Esse movimento seria uma forma de exaltar a religião hindu em detrimento das influências ocidentais, a Índia seria um país espiritual enquanto os colonizadores seriam materialistas (Jaffrelot, 2021).

Em contraste ao secularismo, universalista com uma variedade de comunidades, a perspectiva comunal defendida pelos muçulmanos argumenta que as comunidades religiosas seriam nações. Em resposta às visões pró-islâmicas dos indianos muçulmanos, o nacionalismo hindu surge como ideologia, inicialmente em 1919, quando a população muçulmana se mobilizou em defesa do Califado de Constantinopla no contexto da Primeira Guerra Mundial. Esse movimento gerou diversas manifestações anti-hindus e culminou em um senso de inferioridade e vulnerabilidade na população hindu, mesmo constituindo 70% da população do país. Para os nacionalistas, a inferioridade da população hindu é consequência da ideia

colonial de que os hindus seriam uma “raça insignificante”, além disso, a vulnerabilidade seria resultado do declínio da população hindu que passou de 74,3% em 1881 para 62,2% em 1931 (Jaffrelot, 2021, p. 12).

O termo hindutva, para se referir ao nacionalismo hindu, foi criado pelo líder conservador V. D. Savarkar em 1923 no livro *“Hindutva: Who Is a Hindu?”*. Para Savarkar a presença dos muçulmanos na Índia seria uma ameaça a identidade hindu e a unidade nacional indiana. O hindutva não poderia ser visto como um movimento somente religioso, pois os hindus estariam interconectados ao território indiano pela cultura e identidade racial (Sahoo, 2020; Amarasingam, Umar e Desai, 2022). A base ideológica do livro apoiou-se no mito defendido pela *Arya Samaj*, portanto dos hindus seriam descendentes diretos da civilização védica, com isso o nacionalismo também é territorialista, pois a Índia védica é intrínseca ao território onde os rios sagrados fluem. Além disso, o sânscrito seria a língua escolhida pelos nacionalistas como unificadora. Para Savarkar, os critérios de pertencimento nacional seriam em ordem de prioridade, portanto, raça, território, língua e religião, uma vez que ele não praticava o hinduísmo (Jaffrelot, 2021). A ideologia apresentada no livro

[...] se alinha com um subconjunto de nacionalismo étnico que Anthony Smith definiu como o de um “povo escolhido”. Como os sionistas, que estão mais interessados no povo judeu e sua era de ouro (uma mistura de história e mitologia), terra sagrada e missão no mundo do que no judaísmo como religião, os nacionalistas hindus colocam mais ênfase em traços étnicos históricos e culturais do que na espiritualidade e nos ritos hindus (Jaffrelot, 2021, p. 13, tradução própria)²¹.

A visão do nacionalismo de Savarkar, não estaria baseada em noções de contrato social, cidadania e pureza racial, “[...] muçulmanos e cristãos ainda seriam ‘racialmente’ hindus desde tempos imemoriais, e só se converteram ao islamismo e ao cristianismo recentemente devido a influências estrangeiras” (Amarasingam, Umar e Desai, 2022, p. 03, tradução própria)²². Contudo, as “terras santas” dos cristãos e muçulmanos estão fora da Índia, com isso suas lealdades não estariam atreladas ao país, e esses grupos só seriam capazes de demonstrar lealdade pela cultura hindu e pelo território indiano ao deixar de lado elementos primordiais de suas culturas identitárias e religiões. Para a ideologia hindutva, apenas hindus, budistas, jains e siques são considerados indianos, pois a Índia é considerada o lugar de origem dessas religiões (Amarasingam, Umar e Desai, 2022; Hameed, 2020).

²¹ No original: “[...] falls in line with a subset of ethnic nationalism that Anthony Smith defined as that of a “chosen people.” Like Zionists, who are more interested in the Jewish people and their golden age (a blend of history and myth), sacred land, and mission in the world than in Judaism as a religion, Hindu nationalists place more emphasis on ethnic historical-cultural traits than on spirituality and Hindu rites”.

²² No original: “[...] Muslims and Christians were still ‘racially’ Hindu since time immemorial, and only converted to Islam and Christianity recently due to foreign influences”.

Os defensores do nacionalismo hindutva criaram o movimento paramilitar *Rashtriya Swayamsevak Sangh*, também denominados *National Volunteer Corps* (RSS), em 1925 baseando-se nos escritos de Savarkar (Sahoo, 2020). O objetivo do RSS, em sua fundação, era ensinar a disciplina hindu aos membros e uni-los a fim de estabelecer uma nação hindu (Hindu Rashtra) e superar as vulnerabilidades com intuito de perdurar frente a “ameaça muçulmana”. Para tal fim, o RSS deveria absorver os atributos que contribuíam para a força dos muçulmanos, como o forte senso de comunidade. Na década de 1920, o ativista hindutva, B. S. Moonje, defendeu que os hindus deveriam copiar os muçulmanos em sua “violência organizada”, além de admirar a virilidade com que defendiam seus interesses raciais e ele comeu carne de vaca para poder opor-se melhor aos muçulmanos (Jaffrelot, 2021; Hartmann, Christensen, Rugaar-Morgan, 2019).

As lideranças do RSS, desde os seus primórdios, sempre deixaram claro as motivações do grupo. O primeiro líder Keshav Baliram Hedgewar afirmava que “enquanto os muçulmanos eram organizados e fortes, os hindus eram desagregados e fracos e, portanto, tiveram que ser consolidados em uma força militante, unificada e agressiva” (Bhatt, 2001, p. 117, tradução própria)²³. Já o segundo líder do RSS Madhav Sadashiv Golwalkar citava exemplos de antigas nações como Alemanha, Rússia e Inglaterra, onde as minorias se adaptavam a cultura dominante do país e defendia que as pessoas “estrangeiras” deveriam se adaptar a cultura da nação hindu (Amarasingam, Umar e Desai, 2022).

Após a independência do sub-continente, o RSS tornou-se a organização nacionalista hindu de maior relevância ideológica e política. O grupo se posiciona como a base de diversas organizações e movimentos, possuindo aproximadamente 20 mil filiais e milhões de voluntários. Em 1948, a ala estudantil foi criada visando influenciar o sistema educacional com a criação de livros didáticos para transmitir a imagem da Índia propagada pelo grupo. Além disso, com objetivo de combater as missões cristãs no país e reconverter a população, o RSS passou a trabalhar em comunidades tribais, em 1952, para ensiná-los os ideários centrais do hindu (Amarasingam, Umar e Desai, 2022; Jaffrelot, 2021). O grupo já foi legalmente banido durante a história do país, no período do domínio britânico devido a posicionamentos extremistas e após a independência passou por três banimentos. A primeira vez ocorreu em 1948, quando um membro do RSS assassinou Mahatma Gandhi, o segundo foi em meio a perseguição de direitos civis pela ministra Indira Gandhi. Já terceira foi após a demolição da mesquita Babri Masjid em meio a protestos organizados pela organização militante hindu de

²³ No original: “Whereas Muslims were organized and strong, Hindus were disaggregated and weak and hence had to be consolidated into a militant, unified and aggressive force”.

direita, *Vishva Hindu Parishad* (VHP) (Hartmann, Christensen, Rugaar-Morgan, 2019).

O RSS pode ser visto como “o movimento fascista mais antigo do mundo” (Ganie, 2020, p.181, tradução própria)²⁴. O fascismo é caracterizado por um nacionalismo autoritário radical, no qual uma nação e raça é posta acima do indivíduo, possuindo um governo autocrático, com o controle estatal da mídia e repressão da oposição. Com isso, no regime o controle de elementos centrais do cotidiano de uma sociedade, como a cultura, economia, aspectos sociais e políticos, são realizados por conservadores da classe média e alta. Apesar dos movimentos fascistas se manifestarem de diferentes formas, ou alguns não possuírem estritamente todas as características, para Hameed (2020) o presente governo do BJP possui atributos no regime que podem ser caracterizados como fascistas. O nacionalismo no fascismo é utilizado para estabelecer uma força armada com objetivo de conquistar, para tal fim é essencial a mobilização da juventude por meio de atividades atléticas e através do sistema educacional. O RSS possui uma estrutura militar e dedica-se a transmitir sua ideologia para a juventude, além de manter centro de lutas, denominados *Akharas*, que provém treinamento físico e um centro de atividades (Hameed, 2020).

A primeira ala política do RSS foi o Bharatiya Jana Sangh (BJS), atuou entre 1951 e 1977, se aproveitou da Guerra Sino-Indiana de 1962 e a contra o Paquistão em 1965 para difundir a agenda nacionalista. O BJS atuou no Congresso com a presença de inúmeros representantes hindus tradicionalistas, porém o discurso conservador isolou o partido do público, especialmente com a popularização do secularismo nos governos Nehru e Indira Gandhi, que faziam campanhas contra a oposição. Com isso, na década de 1960, o Jana Sangh acobertou características ideológicas que o ligavam ao RSS para receberem um maior apoio de outros partidos da oposição, com o estado de emergência declarado em 1975, o partido acabou se unindo a outros grupos da oposição na coalizão *Janata Party*. Com a maioria dos membros do parlamento, esse novo partido passou a ter força para moldar o sistema político à sua ideologia, promovendo ideias menos extremas do nacionalismo hindu, conseguindo eleger o primeiro-ministro Maorarji Desai. As influências do hindutva nesse governo se manifestaram por meio do apoio a um projeto de lei que proibia o abate de vacas, sob a acusação de que minorias, como os muçulmanos, consumiam a carne e utilizavam as vacas em sacrifícios. Além de um projeto cujo objetivo era coibir conversões religiosas para inibir a ação de missionários católicos, devido ao receio do declínio demográfico da população hindu. Outra medida nacionalista foi revisão de livros escolares de história que os hindutva afirmavam não destacar os feitos hindus frente aos invasores muçulmanos (Jaffrelot, 2021).

²⁴ No original: “the longest running fascist movement in the world”.

Devido à natureza inconstitucional dos projetos do Janata Party, o partido perdeu seu protagonismo e saiu da esfera política. Na década de 1980 o RSS criou outra ala de representação política através do *Bharatiya Janata Party* (BJP), nas eleições de 1984 o partido conseguiu eleger apenas dois assentos no parlamento. O partido afirma possuir 85 mil células de treinamento ideológico e físico, nesse período o RSS estabeleceu escolas militares para preparar os estudantes para se unir ao exército. O perfil militarizado do BJP e do RSS ao nacionalismo hindu fez com que o apoio popular aumentasse na década de 1990, além da decadência da proeminência do Partido do Congresso Nacional em meio a escândalos de corrupção. Ademais, o partido passou a obter um maior apoio de hindus de castas mais elevadas devido a sua oposição ao combate à discriminação de casta e criação de cotas em serviços civis e na educação superior (Hameed, 2020; Kaul, 2017; Sahoo, 2020; Jaffrelot, 2021).

O BJP pauta-se no hindutva, enquanto ideologia nacionalista hindu, através desse movimento o partido promove a supremacia hindu, e coloca as minorias presentes no país como um “outro hostil”, instigando a polarização comunitária na Índia. Devido as diversas culturas, línguas, etnias, identidades sociais baseadas em castas e diversas religiões, o país sempre lidou com polarizações comunitárias, porém o BJP visa instigar a violência e a discriminação contra grupos religiosos opostos ou minorias étnicas (Amarasingam, Umar e Desai, 2022).

Segundo Sarkar (2020, p. 39, tradução própria)²⁵, o partido e o RSS “[...] foram eficazes na realização de movimentos de securitização para proteger o objeto referente da comunidade hindu — a nação hindu — da ameaça subjetiva representada pelos muçulmanos e sua religião, o islamismo”. Ao colocar o Islã e a população muçulmana da Índia como inimigos internos, o BJP utiliza-se de uma narrativa derivada da partição de 1947 que coloca os muçulmanos como responsáveis por dividir a Índia e ameaçar a segurança através do terrorismo jihadista na Caxemira. Nesse sentido, o BJP utilizou do medo, da manipulação e da propaganda para construir essa narrativa anti-islâmica, apontando os imigrantes de Bangladesh como “cupins” que consomem recursos, roubam empregos e buscam tornar o noroeste da Índia uma região de maioria muçulmana (Hameed, 2020).

Para que a militarização do país tenha sucesso é necessário a denominação de um inimigo, assim, um grupo é apontado como “o outro”, externo a nação. O objetivo do RSS é tornar o ódio contra muçulmanos em um aspecto social. Para tal fim, textos educacionais

²⁵ No original: “[...] were effective at making securitizing moves to protect the Hindu community’s referent object—the Hindu nation—from the subjective threat posed by Muslims and their religion of Islam”.

foram alterados para conter os ideários hindutva, como, por exemplo, desacreditar e menosprezar que os muçulmanos foram subjugados pelas elites hindus no período pré-colonial, como ocorreu na Caxemira. Com isso, “os muçulmanos, portanto, constituem o alvo principal e os inimigos percebidos dos hindus contra os quais a retórica é desenvolvida, os sentimentos são despertados e a união baseada no ódio é alcançada para o nacionalismo militarista.” (Hameed, 2020, p. 31, tradução própria)²⁶.

Para Virk e Battol (2023), é possível identificar duas fases na história do movimento hindutva, sendo a primeira do Hindutva Metropolitano do início do século XX. Nesse período o nacionalismo hindu se desvinculou das visões Brahma e transformou o movimento de sócio-religioso para uma versão sociopolítica. A ideologia vincula-se ao ambiente urbano, manifestando-se de diferentes formas nas regiões da Índia, conseguindo dialogar com diversas castas, e proliferar manifestações e confrontos na região metropolitana. Já na década de 1990, o movimento hindutva passou por uma transformação, com a valorização da cultura hindu e a perseguição do denominado “outro”. Com isso, o Hindutva Contemporâneo adquire novas características utilizando de processos tecnológicos e de desenvolvimento, como um senso de vigilantismo em público, alteração de livros de história e a criação de narrativas através de mídias sociais. Assim, para tornar o muçulmano “o outro” a desinformação, o discurso de ódio, a utilização de mídias estatais e a valorização de grupos supremacistas hindus em detrimento do silenciamento de ativistas progressistas são aplicados.

O BJP foi responsável por incentivar manifestações pela derrubada de uma mesquita que estaria no lugar de nascimento do deus Ram em Uttar Pradesh, essa decisão foi tomada após a conferência do VHP onde decidiram proliferar um “despertar hindu” pelo país. A mesquita foi construída no século XVI e foi nomeada em homenagem ao primeiro imperador Mughal. Em 1949, uma imagem de Ram “apareceu” em Babri Masjid, sendo colocado lá por nacionalistas hindus, gerando uma comoção muito grande da comunidade, levando ao fechamento do lugar. Na década de 1980 o VHP reavivou o movimento Ayodhya, que buscava os interesses hindus por essa área. Após ver a adesão do público ao movimento, o BJP passou a apoiá-lo, o que levou a resultados significativos nas eleições 1989, em que 85 assentos foram para o partido, em contraste aos dois ocupados em 1984. O presidente do BJP, L. K. Advani, em 1990, promoveu uma procissão para incitar os hindus a apoiarem o movimento, porém ele foi preso antes de chegar à mesquita, mas seus apoiadores a invadiram.

²⁶ No original: “*The Muslims, therefore, constitute the primary target and the perceived enemies of the Hindus against whom the rhetoric is developed, sentiments are aroused and hate-based union is achieved for militaristic nationalism*”.

A resposta da polícia à ocupação deixou doze mortos, vistos como os primeiros mártires do movimento nacionalista. O apoio dado ao movimento pelo BJP foi retirado após a prisão de Advani, antes das eleições de 1991, na qual o partido conseguiu 119 assentos no parlamento. A mesquita foi demolida por extremistas hindutva membros da milícia religiosa Kar Sevaks em 1992 (Jaffrelot, 2021; Kaul, 2017).

Após receberem mais apoiadores com um posicionamento extremista, o BJP tornou seu discurso, antes brando, em moderado e em 1996 elegeu 160 assentos. Essa nova postura levou o partido a ter maioria parlamentar em 1998 com 178 assentos, apesar disso o líder mais popular Vajpayee teve dificuldade em formar uma coalizão embasada em fatores ideológicos, assim a partir de um posicionamento moderado, conseguiram formar alianças. Com isso, estabeleceram uma agenda nacional para o governo e o BJP teve que renunciar alguns aspectos centrais de sua ideologia, como o apoio à reconstrução do templo e a revogação do artigo 370 da Caxemira. Nas eleições de 1999, o BJP não produziu um manifesto próprio e manteve o criado na coalizão, neste ano garantiram 182 posições no parlamento, já em 2004 o partido perdeu assentos passando a ter 138, então passou a realizar mais alianças políticas (Jaffrelot, 2021).

Com a derrota do BJP em 2004 e 2009, o partido precisou adotar uma nova estratégia para garantir os interesses nacionalistas hindus. Para tal fim, Narendra Modi foi escolhido por ser uma figura popular em ascensão, capaz de dialogar com diferentes castas e possuir experiência na implementação dos interesses hindutvas enquanto governava a província de Gujarat (Jaffrelot, 2021). Durante protestos na província, em 2002, mais de mil pessoas morreram, sendo a maioria muçulmanos, assim Modi construiu sua reputação de lidar com as minorias sem “medo” de ser hindu e “sem limitações”, além de suas promessas de crescimento econômico (Sahoo, 2020; Kaul, 2017). Modi foi eleito como primeiro-ministro em 2014, frente a uma vitória do partido, agradando o eleitorado com seus discursos prometendo desenvolvimento e centralizando a identidade hindu.

3.2 “Imperador dos corações hindus” e algoz de vidas muçulmanas

O mito político é construído como parte de uma ideologia, dependendo da propaganda e desilusão do público alvo para ser aceito, uma vez que essa figura é uma forma de discurso ideológico. A concepção do mito é performativa, é um modo de construir a narrativa política e, a partir disso, uma realidade é criada, por estabelecer um senso de identidade para um grupo, sendo acompanhado de ícones, imagens e práticas sociais. Ademais, essa simbologia pode ser vista como libertadora ou opressora, dependendo do público alvo ou do contexto

inserido. Narendra Modi foi a figura escolhida pelo BJP para protagonizar essa mitologia política, colocando-o como um salvador para a Índia, sempre com o desenvolvimento e o hindutva como elementos centrais da construção da narrativa (Kaul, 2017).

Com origens em uma casta mais “baixa”, comportamento “humilde” e não elitista, Modi atua como um filtro para verdadeira imagem do partido que recebe o apoio majoritariamente das castas dominantes e das classes altas. Assumindo a postura de um nacional-populista, Modi define em termos religiosos, raciais e linguísticos um grupo alvo, alimentando o ódio, medo e raiva. Assim, ele se projeta como o salvador da nação frente as ameaças das minorias (Kaul, 2017; Jaffrelot, 2021).

Nascido em setembro de 1950, no norte de Gujarat, Narendra Damodardas Modi pertence à casta Ghanchi, responsável pela produção de óleo para cozinha, classificada como parte das *Other Backward Class* (OBC)²⁷. Aos oito anos, Modi envolveu-se em um grupo local do RSS, por ser a única atividade extracurricular disponível na cidade. Nos anos 1960 tornou-se um membro permanente do RSS, mudou-se para a sede regional do grupo onde passou a atuar como assistente do responsável pelas filiais de Gujarat e Maharashtra. Em, 1972 tornou-se *pracharak*²⁸, em 1975 escondeu-se do governo Indira Gandhi que aprisionou muitos membros do RSS. Nos anos seguintes foi incumbido de mais responsabilidades no grupo, sendo chefe de uma filial em uma divisão (*vibhag pracharak*) e em seguida, chefe de uma filial de um território com mais de uma divisão (*sambhag pracharak*), na atual Vadodara (Jaffrelot, 2021).

Em 1981, Modi passou a ser responsável por comandar algumas divisões em Gujarat e organizou procissões, como a em defesa das vítimas hindus aos protestos indianos de 1985²⁹, mesmo que a maioria das vítimas eram muçulmanas, a narrativa do vitimismo hindu foi explorada nesse cenário. Devido as suas habilidades de organização, Modi adquiriu cada vez mais relevância no RSS ao ponto de receber o convite para ser ministro chefe de Gujarat. Apesar de não se ver como político, uma vez que muitos membros do RSS consideram “[...] a política suja e os políticos moralmente corruptos” (Jaffrelot, 2021, p. 38, tradução própria)³⁰, Modi sabia que precisava melhorar a imagem do BJP na região e em 500 dias garantiu sua eleição e uma grande maioria ao partido.

²⁷ Other Backward Class ou Outra Classe Atrasada é o termo utilizado para definir castas que são consideradas ‘atrasadas’ em termos educacionais e sociais (Singh, 2023).

²⁸ Termo utilizado pelo RSS para referir a recrutadores, chefes e missionários (Jaffrelot, 2021).

²⁹ Os protestos de Gujarat de 1985 ocorrerem devido ao ressentimento de classes mais altas a benefícios concedidos aos membros da Outra Classe Atrasada. Após seis meses de protestos, 275 pessoas morreram, milhares foram feridas e dezena de milhares de propriedades destruídas (Spodek, 1989).

³⁰ No original: “[...] *politics dirty and politicians morally corrupt*”.

Foram apresentados apenas alguns recortes a fim de compreender a trajetória política de Modi até assumir o governo de Gujarat e iniciar o pior programa anti-muçulmano que a região já presenciou desde 1947 (Jaffrelot, 2021, p. 38). Observar o início da carreira política é essencial para entender que a securitização da população muçulmana da Índia não é promovida apenas pelo governo Modi enquanto primeiro-ministro e sim desde o início da sua administração em Gujarat. Esse trabalho preocupa-se em demonstrar que os posicionamentos anti-muçulmanos não são um fenômeno exclusivo deste governo, mas que parte do plano de estabelecimento do hindutva e de políticas de extrema-direita.

Após a eleição estadual de Narendra Modi, em fevereiro de 2002, embates entre muçulmanos e hindus ocorreram no município de Godhra, em Gujarat. Um trem carregava nacionalistas hindus, denominados *kar sevak*, que votavam de Ayodhya onde tentaram construir um templo para o deus Ram nas ruas de Babri Masjid. Entoando canções nacionalistas hindus e slogans, alguns ofensivos para os muçulmanos, os *kar sevak* estavam frustrados que suas demandas haviam sido postergadas com objetivo de estabelecer uma mediação entre hindus e muçulmanos. Os nacionalistas obrigaram uma família presente no trem a entoar os slogans, além disso, na primeira parada em Gujarat, em Godhra, um vendedor muçulmano se negou a fazer o mesmo e os homens se voltaram contra uma mulher muçulmana e suas duas filhas, forçando uma delas a entrar no trem. O cordão de emergência foi acionado várias vezes pouco tempo após o trem deixar a estação, parando em um bairro muçulmanos o qual os vendedores de Godhra habitavam (Jaffrelot, 2021). Jaffrelot (2021, p. 39) afirma que os relatos e os relatórios acerca do acontecimento se divergem e supostamente centenas de muçulmanos invadiram os vagões e atacaram com tochas e pedras, deixando 59 hindus mortos, dentre os quais 25 eram mulheres e 14 crianças.

O destaque desse acontecimento é o posicionamento adotado por Modi. O ministro chefe chegou em Godhra e fez uma comitiva de imprensa apontando que foi um ataque premeditado. Os corpos foram transferidos para a capital de Gujarat, e o transporte dos corpos, que mal estavam cobertos, foi televisionado. No dia seguinte, o político afirmou em entrevista que o acontecimento foi um ato de terrorismo, uma violência unilateral de uma comunidade. Isso permitiu que o Ato de Prevenção ao Terrorismo fosse promulgada pelo governo em 2002, mesmo sob protestos da Comissão Nacional de Direitos Humanos (Jaffrelot, 2021).

A tragédia de Godhra aconteceu em 27 de fevereiro, no dia 28, o VHP anunciou o fechamento em Ahmedabad, devido à tensão, e a polícia desapareceu das ruas. Os manifestantes invadiram um complexo residencial muçulmano onde Ehsan Jafri, um antigo

membro do *Congress Party* que realizou campanhas contra o Modi nas eleições. Nessa invasão, 69 pessoas pereceram, incluindo Jafri e membros de sua família. Os embates de Ahmedabad e Dodhra deixaram, respectivamente, 350 e 100 mortos segundo dados oficiais, mas 151 cidades e 993 vilas foram palco de violências comunais. Os eventos ficaram conhecidos como os Motins de Gujarate, *Gujarat Riots*, uma vez que aconteceram em outras cidades da província. Duas mil pessoas morreram nesses embates e em sua maioria muçulmanos, diversas casas, lojas, templos religiosos e armazéns pertencentes a muçulmanos foram destruídos e episódios violentos como ataques a mulheres grávidas foram perpetrados. Além disso, durante a manifestação a polícia tinha como alvo homens muçulmanos e atiravam deliberadamente contra a multidão. Nesse cenário, Narendra Modi enviou a renúncia de sua posição para o partido, porém o presidente do BJP não aceitou o pedido e acusou o serviço de inteligência paquistanês de orquestrar os conflitos (Jaffrelot, 2021; Werleman, 2021).

Com objetivo de aproveitar o sentimento anti-muçulmano difundido pelos embates, Modi dissolveu a assembleia em julho de 2002 para adiantar as eleições que seriam em fevereiro de 2003. Durante sua campanha, que tipicamente adquire o formato de peregrinação, o político foi introduzido como “Imperador dos Corações Hindus”, *Hindu Hriday Samrat*, seguindo a construção da imagem de salvador que ele visou estabelecer após os enfrentamentos. Em seus discursos elementos anti-muçulmanos foram adotados, como a crítica a alta taxa de natalidade entre os muçulmanos e em menosprezo a poligamia, além disso, a construção da ameaça muçulmana foi um elemento explorado em seus discursos. As madrassas foram apontadas como locais onde armamentos seriam guardados e que o Paquistão estaria promovendo “semi-terrorismo” de Gujarate durante os eventos de Godhra. Ao final da campanha, Modi realizou 400 comícios em 146 das 182 cidades de Gujarate e o BJP conseguiu 126 de 146 assentos na província (Jaffrelot, 2021).

Modi estabeleceu-se como a figura central do partido em Gujarate, além de manter um estado de constante mobilização de seus apoiadores, promovendo eventos com sua presença e sempre seguindo a tradição hindu. Essa é uma característica central de sua atuação política, como um político populista, ele entrelaçou a política da região com a sua figura. A exemplo de ter visitado os 26 distritos da província entre seu aniversário em setembro de 2011 e o início das eleições de 2012 e ter feito jejum em público e em silêncio. Ao promover o hinduísmo, Modi sempre buscou distanciar-se dos muçulmanos, interrompendo a tradição de festividades promovidas na província no final do Ramadã, sempre citando o império mongol e os 1200 anos de escravidão que os hindus passaram, e promovendo políticas discriminatórias contra os muçulmanos:

Ao contrário de todos os outros estados da união — incluindo aqueles governados pelo BJP — Gujarat, sob Modi, recusou-se a implementar um programa de bolsas de estudo para estudantes muçulmanos necessitados que o governo central havia iniciado e financiado em grande parte. Além disso, o governo estadual se recusou a auxiliar os muçulmanos de Gujarat — financeiramente ou de outra forma — a reconstruir edifícios e monumentos destruídos durante os eventos de 2002 (Jaffrelot, 2021, p. 52, tradução própria)³¹.

O Estado de Gujarat foi uma das primeiras regiões da Índia a ser invadida pelo império mongol no século XI, assim a construção da identidade hindu associada a província foi utilizada pelos nacionalistas hindus. A relação conturbada com o Islã está associada a criação do “outro” e faz parte da narrativa histórica da região, nesse sentido, a região foi propícia para a aceitação do discurso hindutva (Jaffrelot, 2021). Além disso, os livros escolares em Gujarat, publicados pelo governo, colocavam Hitler como um “salvador” “incluindo títulos de capítulos, ‘Hitler, o Supremo’ e ‘Conquistas Internas do Nazismo’, com uma seção de leitura sobre a ‘Ideologia do Nazismo’” (Werleman, 2021, p. 41, tradução própria)³².

O “Imperador dos Corações Hindus” acrescentou novas características populistas ao hindutva posicionando-se como o grande unificador, além de se colocar como uma pessoa apolítica, que seria mais da ação e não faria parte da elite política corrupta. Durante a campanha para primeiro-ministro em 2014, Modi utilizou das estratégias já adotadas nas campanhas anteriores e fortaleceu algumas características pouco exploradas. Por ser sua primeira campanha ao nível nacional, o político citou inúmeras vezes sua origem socialmente simples, uma vez que em algumas regiões da Índia castas inferiores possuíam consciência de sua identidade e valorizavam ter um representante com a mesma origem. Ademais, nos dias finais da campanha, visitou diversos templos e locais sagrados hindus, adquirindo uma característica mais acentuada do hindutva (Jaffrelot, 2021).

Com a vitória do BJP e de Modi, em 26 de maio de 2014, o etnonacionalismo fortaleceu-se no país. As características e políticas adotadas durante o governo Modi contra a população muçulmana serão apresentadas de forma não linear em termos temporais. Agrupar os acontecimentos por assuntos e temáticas tornará mais simples a compreensão das medidas de securitização adotadas entre 2014 até a atualidade. Modi é um ator securitizador central devido a sua influência enquanto figura política no país, além de sua popularidade por sua

³¹No original: “Unlike all other states of the union—including those governed by the BJP—Gujarat under Modi refused to implement a scholarship program for needy Muslim students that the central government had initiated and mostly funded. The state government moreover refused to help the Muslims of Gujarat—financially or otherwise—to rebuild edifices and monuments that were destroyed during the events of 2002”.

³²No original: “[...] included chapter titles, ‘Hitler, the Supremo’, and ‘Internal Achievements of Nazism’, with a section on the ‘Ideology of Nazism’ reading”.

personalidade carismática, fazendo com que seus discursos e posicionamentos sejam bem recebidos e aceitos pela população hindu e membros do partido.

Waikar (2018), faz uma análise das narrativas islamofóbicas construídas nos discursos de Modi. O autor observa o uso das palavras humanidade, Índia, indianos e Sufi adicionando seus próprios significados para transmitir uma mensagem islamofóbica e nacionalista. Em seus discursos, a ancestralidade da Índia sempre está ligada aos princípios de humanidade, harmonia e compaixão, com destaque aos reformistas sociais como Buda e Mahatma Gandhi. Nesse sentido, o país estaria inerentemente conectado aos princípios humanitários, “esta herança cultural está fadada a funcionar como uma fortaleza contra a violência entre os indianos, garantindo a permanência dos valores humanitários na Índia” (Waikar, 2018, p. 172, tradução própria)³³. Ao colocar figuras como Buda classificadas como hindus, o primeiro-ministro coloca o budismo e o jainismo como vertentes do hinduísmo e não como religiões independentes. Com isso, as crenças que possuem o humanitarismo como característica central só seguem essa ideologia devido a sua relação com o hinduísmo. Modi faz o mesmo com o Sufismo, uma vertente do islã que possui como base o humanismo e a erradicação da discriminação. A religião é apresentada como “a face do islã na Índia”, sendo a versão hindu do islã que só poderia ser humanitário através das influências do país (Waikar, 2018).

Três elementos, explorados pelos hindutva, podem ser apontados como centrais para o fortalecimento da polarização hindu-muçulmana, segundo Sahoo (2020). Em primeiro lugar a transformação econômica, resultado da urbanização promovida pelo Congresso Nacional na década de 1990. O modo de vida urbano não foi bem recebido pelos hindus, que quando moravam nas vilas rurais viam-se mais unidos e mais interligados com os templos religiosos e o BJP aproveitou-se desse sentimento promovendo seus discursos nacionalistas hindus. O segundo elemento a ser explorado é a aquisição dos meios de comunicação por parte de famílias indianas influentes, que passaram a transmitir suas ideologias pelos canais de comunicação. Ademais, as notícias falsas difundidas nas redes sociais, principalmente no *WhatsApp*, foram rapidamente exploradas pelo BJP. Por fim, a política de castas que estava se fortalecendo na década de 1980 e 1990, foram tomadas pelo BJP que conseguiu unir as castas nos votos para o partido, devido aos discursos nacionalistas.

³³ No original: “*This cultural inheritance is deemed to function as an in-built bulwark against violence within Indians which guarantees the permanence of humanitarian values in India*”.

A polarização promovida por esses fatores fez com que a intolerância e violência aumentassem quando Modi assumiu o poder em 2014. Nesse período, os crimes de ódio contra os muçulmanos envolvendo o abate de vacas aumentou drasticamente, desde 2010, 97% dos ataques ocorreram no governo Modi e 86% das fatalidades desses ataques eram muçulmanas. Além disso, 52% dos ataques não possuíram provas concretas baseando-se somente em rumores. Esses ataques são seguidos de extrema violência como estupros coletivos, linchamento, assédio e assassinato. Vigilantes locais condenados por linchar um comerciante de gado muçulmano receberam guirlandas honoríficas do governo. A questão do consumo de carne de vaca é explorada pelo BJP como uma forma de instigar sentimentos anti-muçulmanos na população hindu, uma vez que a tradição do hinduísmo venera a vaca e proíbe o consumo da sua carne. Com isso, atos de fala contra a venda de carne bovina, produtores de gado e pessoas que consomem a carne são alimentados pelos políticos hindutva para instigar ações violentas em nome da proteção das vacas. A proteção das vacas é inerente a defesa da cultura hindu e com isso a comunidade hindu toma consciência da ameaça dos que consomem a carne, nesse caso a comunidade muçulmana (Sahoo, 2020; Abraham, Rao, 2017; Sarkar, 2020). A partir desse ato securitizador, qualquer medida pode ser tomada, por serem atos de proteção a comunidade hindu, como o membro do BJP, T Raja Sing Lodh afirmou: “Até que a vaca não receba o status de *“Rashtra Mata”* (Mãe da Nação), sinto que a guerra pela *gau raksha* (proteção das vacas) não vai parar, mesmo que os *gau rakshaks* [protetores das vacas] sejam colocados na prisão ou que balas sejam disparadas contra eles” (Human Rights Watch, 2019)³⁴.

Durante a pandemia do Covid-19, Modi precisou alterar seu posicionamento polarizador devido às tensões que surgiram na sociedade indiana. Isso ocorreu, pois a comunidade hindu culpou a população muçulmana pelo avanço da doença no país, apontando o evento organizado por um movimento islâmico como a fonte da proliferação da doença. Ataques islamofóbicos ocorreram na internet com o assunto “CoronaJihad” citado no twitter mais de 300 mil vezes, além de esporádicos episódios de violência (Sahoo, 2020). Após esses ataques, o termo *“Love Jihad”* passou ser propagado por organizações nacionalistas hindus de direita para nomear uma conspiração de que homens muçulmanos estariam enganando mulheres hindus para se casarem e consequentemente para a conversão ao Islã. A conversão através do casamento é um estigma desde dos tempos coloniais e principalmente em relação à

³⁴ No original: “Till cow is not accorded the status of ‘Rashtra Mata’ [Mother of the Nation] I feel the war for *gau raksha* [cow protection] will not stop even if *gau rakshaks* [cow protectors] are put into jails or bullets are fired at them.”

membros de castas mais baixas. Dois estados indianos governados pelo BJP, Uttar Pradesh e Madhya Pradesh, aprovaram, leis anti-conversão para casamentos forçados e realizados por meio da coerção, apesar de não existirem indícios de organizações islâmicas coagindo hindus para a conversão através do casamento. Outros estados planejam em adotar essa legislação, mas a conspiração alimenta a violência contra a população muçulmana, coloca os homens muçulmanos como uma ameaça ao hindu e fortalece o estigma sob o casamento inter-religioso (Amarasingam, Umar, Desai, 2022)

Murtaza Shibli (2019), aponta três estudos de caso que demonstram ações violentas contra a população muçulmana como parte da institucionalização da violência sob o apoio de grupos Hindutva. O primeiro caso, retrata um incidente na *Aligarh Muslim University* (AMU), uma universidade pública muçulmana, que em 12 de fevereiro de 2019 iria receber a visita do político indiano muçulmano Assaduddin Owaisi. Nesse dia, um canal de notícia de extrema-direita hindu financiado pelo BJP tentou gravar um programa sem autorização da Universidade e a equipe de televisão provocou os estudantes e a instituição com ofensas e acusações de que a AMU “criaria terroristas”. Após a discussão entre os alunos e os jornalistas, um grupo de apoiadores do BJP agrediram os estudantes da universidade. Os membros do canal realizaram nove acusações, dentre elas 14 alunos foram acusados de sedição, em contrapartida, a administração realizou duas queixas que não foram levadas adiante pela polícia e Owaisi cancelou sua visita.

O segundo caso ocorreu na AMU em 2018, quando o ex-vice-presidente da Índia, Hamid Ansari, foi alvo de um ataque perpetrado por membros da milícia *Hindu Yuva Vahini*. Anteriormente, Ansari havia defendido que o retrato do fundador do Paquistão, Jinnah, permanecesse no hall da união dos estudantes, diversos líderes hindutva repudiaram esse posicionamento que culminou na invasão de mais de uma dúzia de homens armados com paus e armas de fogo gritando slogans incendiários no campus. A polícia não registrou queixa, uma vez que a milícia que teria entrado na universidade havia sido criada por Yogi Adityanath, em 2002, o atual ministro chefe da província onde a universidade está localizada (Shibli, 2019).

Outro evento que o autor usa para demonstrar episódios de violência provocados por Hindutva são os ataques direcionados contra a população muçulmana na província de Uttarakhand. A região recebe peregrinos hindus e possui muitos templos, porém não é historicamente marcada por violência. Entretanto, com o fortalecimento da presença do BJP na região desde 2017, grupos hindutvas tem realizado ataques contra muçulmanos. Esses ataques se iniciam com uma acusação contra um muçulmano, que pode ser desde um insulto a fé hindu ou um assédio sexual contra uma garota hindu. A partir dessas acusações, sem provas

ou a devida investigação policial, o acusado, teria sua propriedade e a de sua família atacada ou até mesmo outros muçulmanos seriam alvo como uma forma de punição. Ademais, o acusado e membros de sua família seriam presos sem demais investigações ou repercussões para os responsáveis pela violência (Shibli, 2019).

3.3 Pertencimento à Índia e a ameaça do outro

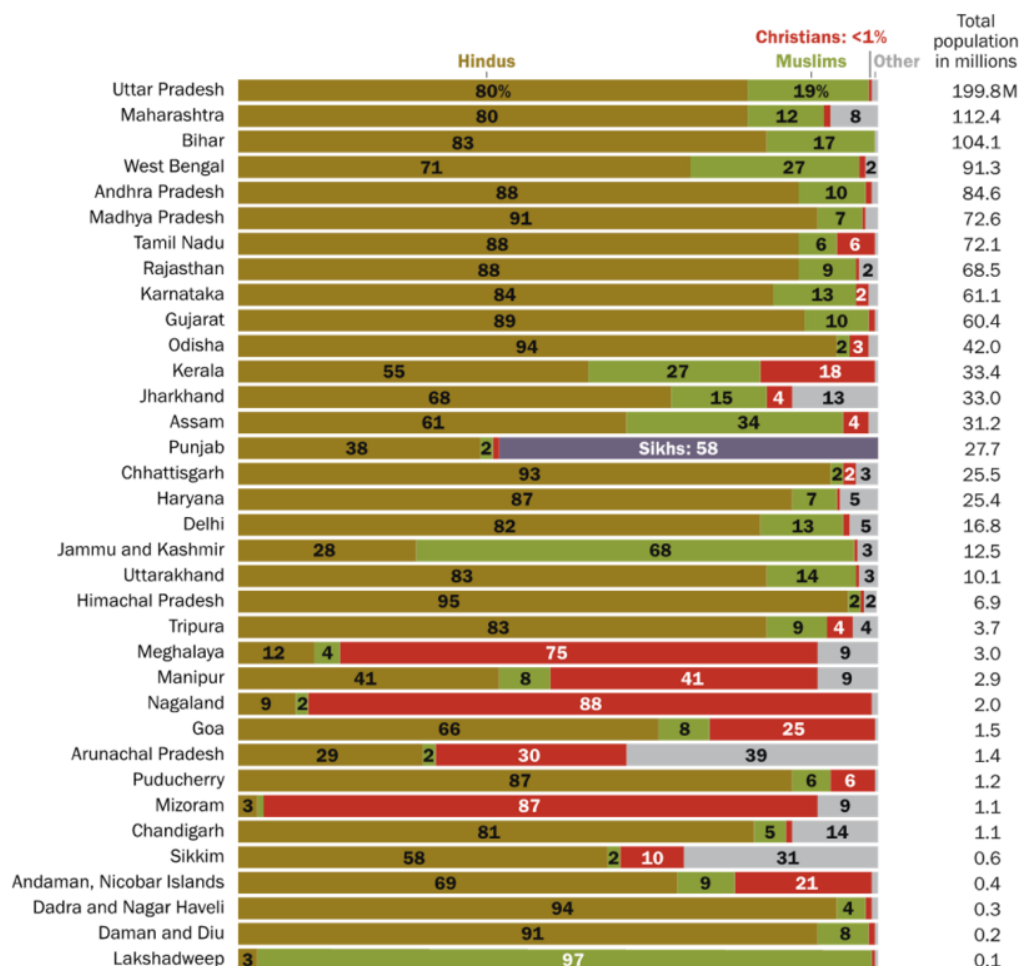
Os crimes de ódio contra minorias religiosas na Índia documentados entre 2009 e 2018 tiveram seu maior registro após a ascensão do BJP ao poder em 2014, com 254 casos registrados representado 90% deles e com 66% dos casos ocorridos em províncias lideradas pelo BJP (Sarkar, 2020). A violência verbal proferida por líderes eleitos aumentou 500% entre 2014 e 2018 em comparação a 2009. Porém, segundo Sarkar (2020) a divisão entre hindus e muçulmanos é explorada desde a presença do Império Britânico como uma forma de fragmentar a sociedade indiana para dominar a região. O discurso nacionalista hindu da criação do outro hostil, a população muçulmana, na Índia fortaleceu-se principalmente devido às questões já apresentadas no início do capítulo.

O ano de 2019 foi marcado por dois eventos promovidos pelo governo Narendra Modi que demonstram a securitização e a retirada de direitos da população muçulmana na Índia: a revogação do artigo 370 da Caxemira e a implementação do Registro nacional de cidadãos (NRC) na região de Assam. Ambas regiões possuem a maior parcela muçulmana nos estados indianos, com exceção do arquipélago de Laquedivas, onde Modi visa incentivar o turismo internacional, como é apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Porcentagem de grupos religiosos por estado indiano

India's most populous states and territories have large Hindu majorities, while Muslims and Christians form majorities in some smaller states

% of each religious group by state and territory



Note: Sikhs are presented separately only in Punjab because they form a 58% majority there. Telangana (not shown) has since been created from part of Andhra Pradesh. Jammu and Kashmir has been divided into two territories, and Daman and Diu has merged with Dadra and Nagar Haveli.

Source: Census of India, 2011.

"Religious Composition of India"

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research Center (2021)

Após a partição do subcontinente indiano, a constituição de 1950 estabeleceu os critérios de cidadania na Índia. Com isso, qualquer pessoa que nascesse no território, *jus solis*, seria considerado cidadão e a cidadania poderia ser adquirida de diversas formas. Porém, a emenda do *Citizenship Act* de 1986 definiu o direito de cidadania por *jus sanguinis*, limitando apenas para os filhos de pais indianos e a emenda de 2003 estabeleceu ainda que filhos de imigrantes ilegais não teriam esse direito. A lei de cidadania indiana foi afunilando do direito por solo até o direito por sangue e culminando na política de cidadania

exclusivamente aplicada no nordeste do país, em Assam (Cornell Law School, 2021).

A região de Assam faz fronteira com Bangladesh, Butão e sete estados indianos e passou por diversas ondas de imigração desde o século XIX. Inicialmente trabalhadores do centro e sudeste da Índia, depois em 1891 com o incentivo britânico para estabelecer plantações de juta na região. Em 1916, o governo colonial estabeleceu medidas para distinguir os habitantes nativos da região e o crescente número de imigrantes originários do Paquistão Oriental, atual Bangladesh. Os imigrantes bengali eram postos pela população local como uma ameaça a cultura da região e que se apossaram das terras, apesar de terem contribuído com técnicas de plantio e adquirido terras por preços abusivos na região (Cornell Law School, 2021; Chatterji *et al.*, 2021).

Devido à guerra de libertação de Bangladesh, em 1971, aproximadamente dez milhões de bengalis, muçulmanos e hindus imigraram para Assam e outras regiões do país. As altas taxas de pobreza e desemprego na região foram atribuídas à presença dos imigrantes e a construção da ameaça a “identidade de Assam” deram início a movimentos de perseguição aos “estrangeiros”. O Movimento de Assam surgiu em 1979, defendendo a detenção e deportação, para tal fim realizaram uma greve geral que se estendeu por anos de atividade civil violenta. Em 1983, um programa de ataque aos muçulmanos de origem Bangladesh matou entre 1800 e 5000 pessoas, em sua maioria muçulmanas. O governo e o movimento, após negociações, assinaram o Acordo de Assam, com isso em 1985 mais uma emenda ao Citizenship Act foi feita inserindo o artigo 6A. Esse artigo estabeleceu três novos fatores: (1) pessoas de origem indiana que entraram na região a partir de Bangladesh, antes de 1966, são considerados cidadãos; (2) pessoas de origem indiana que entraram em Assam entre 1966 e março de 1971 seriam removidas de posições eleitorais e poderiam aplicar para cidadania após 10 anos; (3) pessoas de origem indiana que entraram na região a partir de territórios específicos após 25 de março de 1971 deveriam ser detidas e deportadas. A escolha da data de março de 1971 deu-se devido à migração em massa decorrente da guerra de libertação (Cornell Law School, 2021; Chatterji *et al.*, 2021; Punathil, 2022).

Apesar de possuir escritórios desde 1949 na região, o RSS expandiu sua base eleitoral entre 2001 e 2006 e em 2016 já possuía 830 filiais em 672 locais em Assam. Com a agenda pautada no fortalecimento da identidade de Assam, o governo BJP a frente do estado apoiou o *Citizenship Amendment Act* (CAA) aprovado pelo parlamento em dezembro de 2019. (Chatterji *et al.*, 2021, p. 28). O CAA concede às minorias religiosas, hindus, cristãos, siques, budistas, jainistas e parses, perseguidas em seus países de origem, como Bangladesh, Afeganistão e Paquistão, facilidade para adquirir a cidadania indiana, se tiverem chegado ao

país antes de 2015. Esse ato vai contra a constituição secular do país, uma vez que estabelece a concessão de cidadania através da religião. Com isso, muçulmanos, hazara shias, rohingyas, tibetanos e tamils que estão na Índia são excluídos (Amarasingam; Umar; Desai, 2022; Sarkar, 2020).

Ademais, o Registro Nacional de Cidadãos, *all-India National Register of Cizitens* (NRC), um arquivo dos cidadãos da Índia primeiro estabelecido após o censo de 1951, foi implementado na região de Assam em 2015. Nesse sentido, para sustentar a aplicação do CAA e do NRC, o *Assam Movement* afirma que a identidade local está ameaçada devido à presença dos imigrantes. Para tal fim, 52 mil funcionários foram empregados para avaliar a documentação de 30 milhões de pessoas. Dentre esses, $\frac{3}{4}$ são hindus bengalis que o movimento não quer integrar na sociedade e parte dessas pessoas foram levadas a um dos seis campos de detenção construídos no estado. Os locais tiveram que apresentar documentos comprovando ser nativos da região, nesse processo 1,9 milhão de pessoas não conseguiram a documentação necessária para comprovar a cidadania (Amarasingam; Umar; Desai, 2022; Sarkar, 2020, Cornell Law School, 2021; Santos, 2020).

O Tribunal dos Estrangeiros foi responsável por realizar a análise dos documentos, porém essa instituição conduziu os julgamentos de forma enviesada e injusta. As audiências foram realizadas às portas fechadas e proibindo a presença da mídia, os oficiais atuantes não possuíam o conhecimento necessário para conduzir essas análises e a atuação dos tribunais não é independente. Ademais, a Anistia Internacional demonstrou preocupação com a imparcialidade do tribunal, afirmando que o objetivo deles é excluir pessoas de origem bengali, rejeitando documentações válidas e causando constrangimento ao adicionar empecilhos para apresentar os documentos (Cornell Law School, 2021; Chadran, 2021).

A CAA em conjunto da NRC gerou preocupação na população muçulmana, após propostas do governo de implementar a política de Assam no país. Os refugiados muçulmanos, imigrantes de Bangladesh ou até os caxemires internamente deslocados, seriam considerados “imigrantes ilegais” se o CAA for implementado. As duas iniciativas em conjunto poderiam retirar a cidadania indiana de grupos incapazes de apresentar documentos comprovando sua presença histórica no país e serem levados aos centros de detenção (Amarasingam; Umar; Desai, 2022). O Ministro do Interior Amit Shah defendeu em um discurso que, “primeiro, traremos o projeto de lei de emenda à cidadania (CAA) e daremos cidadania aos refugiados hindus, budistas, sikhs, jainistas e cristãos, a minoria religiosa das nações vizinhas. Então, implementaremos o NRC para expulsar os infiltrados do nosso país”

(Not a single illegal..., 2019, tradução própria)³⁵.

Figura 2 - Mulheres de Shaheen Bagh nos protestos anti-CAA



Fonte: Puranam (2020)

Inicialmente estudantes realizaram protestos em um campus de Uttar Pradesh, seguido de hindus locais da região de Assam, culminando em protestos nacionais promovidos pelas comunidades muçulmanas no país. Os protestos foram realizados através de ocupações, pacíficas, de vias públicas ininterruptamente. As mulheres denominadas Shaheen Bagh (ver Figura 2) devido ao bairro onde se posicionaram, lideraram os protestos pacíficos e só deixaram as ruas após forte represália do governo Modi. Os protestos anti-CAA foram denominados pelo primeiro-ministro como uma “conspiração pro-muçulmana” que visa desestabilizar o país e as redes sociais foram utilizadas para promover essa narrativa, o que levou a manifestações pró-CAA. Manifestações violentas ocorreram em Delhi, uma mesquita foi queimada, residências e lojas de muçulmanos foram depredadas e queimadas, das 53 pessoas mortas, todas eram muçulmanas. Em meio aos protestos, membros do BJP instigaram mais violência através das redes sociais chamando seus apoiadores aos locais onde os muçulmanos ocupavam vias públicas (Sarkar, 2020; Amarasingam, Umar, Desai, 2022). Mohit Singh Rajput, um soldado de infantaria do BJP publicou “eu direi abertamente, que os tumultos devem acontecer. Os *katuas* (gíria depreciativa para muçulmanos) estão cruzando as fronteiras... os muçulmanos estão interessados em fazer guerra contra nós. Temos que remover os óculos do secularismo” (Amarasingam, Umar, Desai, 2022, p. 11, tradução

³⁵ No original: “First, we will bring the citizenship amendment bill and will give citizenship to the Hindu, Buddhist, Sikh, Jain and Christian refugees, the religious minorities from the neighbouring nations. Then, we will implement NRC to flush out the infiltrators from our country”.

própria)³⁶. Após os protestos, os líderes hindutva negaram sua ligação com a promoção da violência contra os muçulmanos, da mesma forma como ocorreu após os protestos de 2002.

Esses projetos buscam alterar as condições de cidadania do país para excluir os muçulmanos. Os hindus, tem sua cidadania garantida devido à religião e o governo fica responsável por decidir quem tem direito a cidadania no país. A segregação social imposta pelo NRC e o CAA colocam o hinduísmo como a característica central para o estabelecimento da cidadania e os cidadãos que não conseguem comprovar sua origem podem ser deportados, levados aos campos de aprisionamento ou serem naturalizados. Com isso, grande parte da população da Índia não teria direito ao voto, acesso à carreira pública, programas de assistência social e outros direitos concebidos aos nacionais do país (Santos, 2020)

Em outras palavras, sobreviveriam como os dalits do século XXI. Além de dor e violência incalculáveis, as consequências eleitorais de um esquema similar, manipulado pelo BJP segundo uma lógica discursiva de incluídos e excluídos, de nós e eles, são difíceis de superestimar (Santos, 2020, p. 59).

Nesse contexto, a securitização da população muçulmana do governo Modi é explícita com o uso do termo “infiltrados”, colocando-os como não pertencentes àquela região e consequentemente removendo seus direitos garantidos como habitantes do país. Ao negar o refúgio no país a determinadas minorias perseguidas, a narrativa hindutva é estabelecida e aplicada. A identidade da nação hindu e sua construção são mais relevantes para os políticos do BJP do que a manutenção e segurança da população nativa do país e a proteção de minorias perseguidas. Assim, a defesa dos direitos humanos, e o respeito aos demais grupos étnicos que constituem o país é deixada de lado em detrimento ao nacionalismo hindu, o que pode ser percebido nos campos de aprisionamento estabelecidos em Assam devido a CAA.

Quando os Tribunais Estrangeiros determinam uma pessoa como “estrangeira”, esta fica sem Estado, exceto se for comprovado a ligação com outro país, com isso medidas penais são adotadas, os levando para prisões juntamente com criminosos condenados. O governo indiano afirma que todo o processo do NRC é uma questão interna, portanto planos de deportação não foram estabelecidos com o governo de Bangladesh. Apesar de negar a existência, seis campos de detenção foram construídos pelo governo em Assam. Com capacidade para três mil pessoas, ainda existem centros instalados em prisões em Delhi, Goa, Rajasthan, Punjab, Karnataka e Jammu e Caxemira, além de outros 35 locais provisórios para onde prendem os “imigrantes” (Cornell Law School, 2021; Chatterji *et al.*, 2021). Narendra

³⁶ No original: “I will say it openly, that the riots should happen. The *katuas* [derogatory slang for Muslims] are crossing the boundaries... the Muslims are interested in making war against us. We have to remove the glasses of secularism”.

Modi ainda afirmou em um *post* na internet que os “irmãos e irmãs” de Assam não devem se preocupar com o CAA e o ministro chefe de Uttar Pradesh declarou que quer implementar o próprio NRC e o CAA em seu estado. Além disso, o primeiro-ministro nega que os centros de detenção existam e que os muçulmanos sejam enviados para esses locais (Chatterji *et al.*, 2021, p. 29).

A determinação de “imigrante ilegal” e o confinamento nos centros de detenção criminaliza a identidade da comunidade. A securitização da população muçulmana, como apresentado neste trabalho não se restringe apenas ao discurso, e no caso de Assam medidas de segurança tradicionais foram tomadas. O antagonismo promovido pelo discurso hindutva está se consolidando em ações de segregação da população e deliberadas violações de direitos humanos. A detenção dessas pessoas é realizada como uma forma de construir a confiança dos hindutva no governo, o problema do “outro” que ameaça a identidade local é tirado de vista e a violência contra esse grupo é feita fora da atenção pública.

Com o estabelecimento dos campos de detenção, o Estado afirma seu controle sobre as fronteiras, mantendo o controle sobre os corpos reais. Com base na concepção de Agamben dos ‘campos como o local de exceção’, os campos de detenção produzem e apresentam os estrangeiros declarados como um perigo do qual a comunidade deve ser protegida. O excepcionalismo do estado das coisas requer a suspensão da ordem jurídica baseada em direitos para salvaguardar os interesses do estado-nação e leva à legitimação do Outro como um alvo (Chadran, 2021, p. 265, tradução própria)³⁷.

As prisões em Assam possuem celas lotadas, pois elas deveriam ser um local provisório de detenção aos declarados “imigrantes ilegais”, porém estes convivem com ansiedade pela espera se sua deportação e medo por conviver com criminosos julgados. Nos campos de detenção, famílias são separadas, crianças até os seis anos possuem autorização para ficarem com suas mães, mas o procedimento adotado para crianças mais velhas não é claro (Chatterji *et al.*, 2021; Punathil, 2022).

Durante o início da pandemia de COVID-19, em 2020, a suprema corte indiana declarou que prisioneiros que cumpriam pena de 7 anos fossem concedidos a liberdade condicional e 722 prisioneiros foram liberados. Uma vez que foi relatado que as prisões indianas estavam com a taxa de ocupação de 117% e devido as precárias condições sanitárias, elas seriam um local propício para a proliferação do vírus. Além disso, em outubro de 2020, foi determinado que os indivíduos detidos devido a seu status de “estrangeiro” não deveriam

³⁷No original: “*With the establishment of the detention camps, the state asserts its control over the borders by maintaining the grip over actual bodies. Building on Agamben’s conception of the ‘camps as the site of exception’, the detention camps produce and present the declared foreigners as a danger from which the community must be protected. 55 The exceptionalism of the state of affairs requires suspension of the rights-based legal order to safeguard the interests of the nation-state and leads to the legitimation of the Other as a target*”.

ser mantidos em cadeias. Em 2021, os “imigrantes ilegais” que já haviam cumprido mais de dois anos de detenção deveriam ser liberados para evitar a superlotação das prisões, porém, essas pessoas continuaram sendo mantidas nas prisões até serem deportadas (Chatterji *et al.*, 2021).

Segundo Santos (2020):

Assim, no final de 2019 a Índia vivia um cruel paradoxo: enquanto no extremo noroeste milhões de pessoas eram mantidas em estado de sítio militar, privadas de condições elementares da existência porque não queriam ser parte da Índia, no extremo leste outros milhões de pessoas enfrentavam um estado de sítio burocrático, ameaçadas por campos de detenção e deportação, porque querem ser parte da Índia (Santos, 2020, p. 59).

Em agosto de 2019, o artigo 370 é revogado e o primeiro-ministro indiano apresenta o *Jammu and Kashmir Reorganization Bill*, que além de retirar a autonomia da região, ainda a desmembrou em dois territórios da união³⁸, separando Jammu e Caxemira de Ladakh. Com isso, a região de maioria muçulmana na Índia, como demonstrado na Figura 1, perde o status semiautônomo e passa por meses de *lockdown* e intensa presença militar indiana. O primeiro-ministro da Índia afirmou em um discurso ao então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que o artigo 370 afastava o progresso da região e que terroristas estavam se aproveitando disso (Bose, 2021).

A questão da Caxemira não é somente uma disputa territorial entre Índia e Paquistão, mas um conflito que envolve diversos atores com dinâmicas bi-laterais, regionais, locais e sub-locais; Além de atores estatais, ativistas da sociedade civil e atores não estatais que buscam influenciar o conflito e defender seus objetivos. Agnieszka Kuszewska (2022, p. 199, tradução própria)³⁹ aponta que a disputa possui uma origem histórica e ideológica com “nacionalismos intencionalmente alimentados, com retórica hindu-muçulmana comunitária artificialmente projetada e politizada, inspirada nos tempos anteriores à partição, muitas vezes servindo como uma ferramenta para mobilização beligerante em ambos os lados da fronteira”. Com isso, faz-se necessário ressaltar que essa pesquisa se atém ao recorte temporal dos governos de Narendra Modi enquanto primeiro-ministro da Índia e reconhece que a securitização da população muçulmana na Caxemira ocorre desde o período imperial e teve continuidade após a partição, culminando no recorte trabalhado.

³⁸O Estado indiano é constituído de estados que possuem um status autônomo, podendo fazer leis específicas para seu estado, por exemplo. Jammu, Caxemira e Ladakh foram rebaixados a territórios da união, dessa forma as regiões passam a ser administradas pela União e perdem sua autonomia, é a primeira vez que esse tipo de rebaixamento ocorre (Bose, 2021).

³⁹ No original: “[...] *intentionally nurtured nationalisms, with artificially projected and politicised communal Hindu-Muslim rhetoric taking inspiration from the pre-partition times, often serving as a tool for belligerent mobilisation on both sides of the border*”.

A região é alvo de disputas desde a retirada britânica do sub-continente indiano devido à divisão do território entre Índia e Paquistão. O vale da Caxemira foi parte do império do príncipe Ranjit Singh, da etnia Sikh e foi seguido pelo príncipe Dogra Gulab Singh que lutou contra a presença britânica no território. Ao se tornar um dos marajás dos estados principescos da Índia britânica, ao assinar o Tratado de Amristar, em 1846, que garantiu a posse do vale da Caxemira, Gulab Singh transferiu o correspondente a 7,5 milhões de rúpias ao império, dispôs suas forças militares e anualmente fornecia doze cabras, um cavalo e três pares de xales de caxemira (Bose, 2003; Gupta, 2021).

O tratado não deixava claro a forma que a administração deveria ser conduzida, assim os direitos básicos da população local não eram respeitados. O governante hindu comandava a região mantendo um sistema medieval de servidão, o qual a população muçulmana servia as elites siques e hindus, além da intolerância, repressão e altos impostos resultantes da assinatura do tratado. Representantes britânicos alertavam o Marajá que a instabilidade do império poderia ser ameaçada devido a violenta repressão conduzida contra os muçulmanos (Gupta, 2021; Bose, 2003).

Com a partição do sub-continente indiano e o fim da colonização britânica, os estados principescos, que possuíam um status semi-autônomo sob o império, deveriam escolher a qual nação iriam se unir seguindo principalmente princípios de continuidade territorial ou a escolha do líder da região. O Marajá de Jammu e Caxemira inicialmente propôs um Acordo de Congelamento, *Standstill Agreement*, com a Índia e o Paquistão para ponderar acerca do assunto. Inicialmente Hari Singh tinha o objetivo de tornar a região independente, uma vez que era um governante hindu em uma região majoritariamente muçulmana, assim ele não seria aceito enquanto governante no Paquistão e não seria o governante popularmente eleito na Índia democrática (Gupta, 2021, Bose, 2003).

Apesar de ter reconhecido o acordo de congelamento com Singh o governo paquistanês começou a diminuir o envio de suprimentos como sal, petróleo e comida para a região. Além disso, o governante geral do país ordenou que o Major general, Akbar Kahn, treinasse *Pashtun Tribal Muslims*, membros das tribos da etnia patós, para invasão na Caxemira. Em meio a protestos de camponeses contra tributações punitivas impostas por se manifestarem contra os donos terras hindus e Hari Singh, o Paquistão enviou os membros tribais munidos com armamentos modernos para invasão na Caxemira. Foram enviados dez mil homens armados que o Marajá não possuía forças necessárias para se opor, assim quando a invasão atingiu a capital Srinagar, Singh assinou o Instrumento de Adesão, em 26 de outubro de 1947. Com isso, a Índia passou a administrar o território e consequentemente a

primeira guerra indo-paquistanesa iniciou-se. O cessar-fogo conduzido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, estabelecido em 1949, determinou que um plebiscito deveria ocorrer para seguir a vontade da população acerca da anexação da região. Ademais, 65% território ficou sob administração da Índia e 35% para o Paquistão (Swami, 2007; Bose, 2003; Gupta, 2021; Ahmed, Chakma, 2012; EFSAS, 2017).

Com a assinatura do Instrumento de Adesão, a Índia passou a administrar as relações exteriores, defesa e comunicação de Jammu e Caxemira, porém estabeleceu-se que o estado realizaria uma assembleia constituinte que instituiria a jurisdição do governo indiano na região. Com isso, o artigo 370 foi incluído na constituição indiana concedendo um status especial para o estado da Caxemira, esse arranjo seria temporário devido ao cenário de guerra da assinatura do instrumento, bem como dos arranjos da criação da constituição do novo país. Promulgada em 26 de janeiro de 1950, a constituição do país continha dois artigos que se referiam a questão da Caxemira: (1) as provisões temporárias sobre o estado de Jammu e Caxemira, artigo 370, estabeleciam a liberdade para a região criar suas próprias leis e possuir a própria bandeira; (2) o artigo 35A, adicionado em 1954, garantiu aos residentes fixos da região direitos e privilégios próprios, com destaque para a aquisição de terras (Rather, Wani, Suhrawardy, 2020).

O conflito entre a Índia e Paquistão pela Caxemira está ativo desde 1947 e além das três guerras pelo território, em 1947, 1965 e 1999, os Estados ainda se enfrentaram na Guerra de Libertação de Bangladesh, em 1971. Além disso, ambos países possuem capacidade nuclear: em maio de 1974 a Índia realizou seu primeiro teste, em uma região próxima à fronteira paquistanesa; e o Paquistão realizou seis testes nucleares, em resposta a cinco indianos em 1998. (Schofield, 2003; Ganguly, 1999; Bose, 2003). Segundo Bose (2021, p.248), a fronteira indo-paquistanesa da Caxemira é provavelmente a mais militarizada do mundo e entre 2019 e 2020 a volatilidade da região voltou aos níveis do período de 1990 a 2003. Confrontos pela *Line of Control* (LoC)⁴⁰ tem aumentado ano após ano, em 2010 foram registradas 44 fatalidades em embates fronteiriços, 114 em 2012, 583 em 2014, 971 em 2017, culminando em 3479 em 2019 e 5133 em 2020.

As disputas indo-paquistanesas são centrais para compreender a dinâmica da região e a construção da ameaça da população muçulmana e do país vizinho pelo governo indiano. Nesse sentido, faz-se importante destacar que o Paquistão sustenta uma estratégia de guerra

⁴⁰*Line of Actual Control* (LoC) é a linha fronteira entre a Caxemira indiana e a paquistanesa, esse nome passou a ser adotado em 1972 a partir do Acordo de Shimla, anteriormente esta era chamada de *Cease-fire Line* (CFL) (BOSE, 2021).

por procuração na Caxemira desde a primeira guerra em 1947, fortalecendo-se em 1989 após a experiência de Islamabad na Guerra do Afeganistão. Para Swami (2007, p. 46), a atuação de militantes, desde 1947, no conflito influenciou mais os embates indo-paquistaneses do que a própria primeira guerra na região. Com isso, o país treina, patrocina e fornece armamentos para grupos insurgentes atuarem contra a presença indiana no vale. A atuação por procuração mais atual é faseada, a primeira de 1989 a 2002, sendo o recorte com o maior nível de violência e um crescente apoio do Paquistão; a segunda fase, de 2003 a 2012, é marcada pela diminuição de eventos violentos e no apoio paquistanês, devido a pressões internacionais e a maior militarização da fronteira por parte da Índia; já a fase de 2013 a agosto de 2019 se destaca pelo retorno de uma insurgência mais organizada e violenta (Gayner, Lalwani 2020).

Para Gayner e Lalwani (2020), de 2013 a agosto de 2019, pode-se identificar como um período de “quase-violência” no limiar de uma resistência não violenta e a insurgência armada. Essa resistência foi conduzida, principalmente, por civis, buscando enfraquecer o controle e a legitimidade do Estado indiano na região. Para alterar o comportamento de Nova Deli foram utilizadas táticas não letais e de grande assimetria como: revoltas populares, apedrejamento e interdições contra as forças indianas. Em fevereiro de 2019, alguns meses antes da suspensão do artigo 370, um jovem da Caxemira dirigiu um carro cheio de explosivos contra um comboio de forças paramilitares indianas. O ocorrido ficou conhecido como o Ataque de Pulwama e foi o ataque mais violento contra as forças indianas desde 1990 (Bose, 2021; Kuszewska, 2022). O grupo jihadista *Jaish-e-Mohammad* (JeM) assumiu a autoria do ataque, o evento gerou grandes tensões entre a Índia e Paquistão que “[...] ficaram quase à beira de uma guerra convencional, após os ataques aéreos indianos no Campo de treinos JeM de Balakot (Paquistão)” (Pandya, 2019, p.65, tradução própria)⁴¹.

Para Abhinav Pandya (2019, p.65), o elemento mais preocupante do evento é que o Islã na Caxemira possui um caráter liberal e a juventude não se voluntariaria para ataques suicidas. Assim, o ataque de Pulwama demonstra que o movimento militante está adquirindo características de um Islamismo extremista e jihadista e se afastando das motivações separatistas. A crise criada pelo ataque contribuiu para os discursos nacionalistas do BJP nas eleições nacionais de abril–maio de 2019, colaborando para a reeleição do primeiro-ministro Modi e o aumento das cadeiras do partido no parlamento (Bose, 2021).

Após a suspensão do artigo, a Caxemira passou por meses de apagões nas redes de comunicação, toque de recolher em massa e detenção de centenas de figuras políticas. A

⁴¹No original: “[...] were almost on the verge of a full-fledged conventional war, after the Indian air strikes on the JeM training camp of Balakot (Pakistan)”.

revogação do artigo 370 é um reflexo da política nacionalista do governo do primeiro-ministro Narendra Modi e de seu partido. O Vale da Caxemira, por ser a única região indiana de maioria muçulmana, foi escolhido como cenário para a demonstração ideológica do BJP. Desde o primeiro mandato de Modi, em 2014, operações militares são instituídas na Caxemira paquistanesa, gerando o consequente aumento da militarização da LoC, quebrando, assim, o histórico de ações defensivas da Índia na Caxemira para operações mais ofensivas e violentas (Gayner, Lalwani, 2020; Neves Junior, 2020).

A maior presença indiana na Caxemira não se justifica somente em questões de segurança para impedir o crescimento dos movimentos insurgentes e ações terroristas na região, mas também faz parte da política hindutva de antagonismo aos muçulmanos que constituem maioria no vale. Com isso, a revogação do artigo 35A também foi percebida como uma forma de reverter a densidade populacional da região, já que somente nativos da Caxemira poderiam adquirir terras no território. Nesse contexto, temendo uma revolta popular, quarenta mil soldados foram postos na região em adição aos setecentos mil soldados que atuam no vale, tornando-se “[...] a ocupação militar mais densa do planeta” (Santos, 2020, p. 58). Com a revogação do artigo, líderes caxemires foram presos, a internet na região foi suspensa, voltando após 6 meses, um toque recolher foi instaurado que durou 70 dias. Ademais, as principais ruas e estradas foram bloqueadas para evitar manifestações populares, porém entre 9 e 16 de agosto manifestantes foram para as ruas posicionando-se contra a revogação do artigo. Nesse cenário, 200 pessoas ficaram feridas com a ação policial contra os protestos (Sarkar, 2020; Ganie, 2020).

Nos últimos trinta anos, a juventude da Caxemira conviveu com a ocupação militar indiana, devido as severas repressões contra a juventude, a militância doméstica tem crescido. Desta forma, “quase todos os jovens (do Vale) na faixa etária de 13 a 24 anos parecem inspirados pelo pensamento militante, mesmo que a maioria ainda não esteja pensando em armas” (Concerned Citizens Group, 2018 *apud* International Crisis Group, 2020, p. 14, tradução própria)⁴². O grupo paramilitar nacionalista hindu e de direita RSS tem atuado através do governo do primeiro-ministro Narendra Modi para explorar o ódio contra muçulmanos através do sistema educacional. Por meio das escolas comandadas pela organização *Vidya Bharti Akhil Bharatiya Shikshan Sansthan*, “[...] os textos para os níveis secundário e primário foram reescritos com base em relatos renovados sobre a história da Índia e impactaram as mentes, que se manifesta através dos linchamentos e outros

⁴² No original: “Almost all youngsters (in the Valley) in the age group 13 to 24 seem to be inspired by militant thought even if most are not picking up arms yet”.

incidentes violentos na atualidade” (Hameed, 2020, p. 32, tradução própria)⁴³. Além disso, o secularismo é retirado dos livros escolares, a história é adulterada para mencionar a repressão dos hindus por parte dos muçulmanos na Índia pré-colonial e impor a ideologia do nacionalismo *Hindutva*.

A crise de direitos humanos imposta com a suspensão do artigo levou a Caxemira indiana a cair na pontuação do *Freedom House*, também passando para o status de “não livre”. As violações da Índia na região fez (e faz) os caxemires sofrerem com desaparecimentos forçados, tortura, deslocamento, execuções extrajudiciais e violência sexual. Os impactos econômicos do confinamento imposto em agosto de 2019 levaram a perda 500 mil empregos, o número de pacientes com distúrbios psicológicos duplicou, um milhão e meio de crianças ficaram fora da escola e estudantes perderam o semestre (Ganie, 2020).

Para a ideologia do partido, a suspensão do artigo 370 é essencial para a construção de uma Índia unificada, uma vez que não poderiam existir duas assembleias constituintes, dois primeiros-ministros e duas bandeiras sob um único país. Além disso, a resolução do UNSC, apresentada com o cessar-fogo de 1949, que pede a realização de um plebiscito para a população local decidir o destino do território causa preocupação nos membros do partido. Com isso, uma das preocupações do BJP seria o destino do vale caso o plebiscito ocorresse, devido à maioria da população ser muçulmana, poderia ser escolhido anexar a região ao Paquistão.

Atualmente, J&K tem uma população de 12.541.302, dos quais cerca de 68 por cento são muçulmanos e 28 por cento hindus. No Vale da Caxemira, 97 por cento da população é muçulmana, enquanto na região de Jammu, 65 por cento são hindus e 30 por cento muçulmanos. No entanto, dos 10 distritos da região de Jammu, apenas quatro (Jammu, Kathua, Samba e Udhampur) são de maioria hindu, enquanto o restante (Doda, Poonch, Kishtwar, Rajouri, Ramban e Reasi) são de maioria muçulmana (Ganie, 2020, p. 188, tradução própria)⁴⁴.

As regiões de maioria hindu e budista tiveram uma reação inicial positiva com a suspensão do artigo 370. À medida que a presença do governo Modi foi demonstrando-se interessar em alterar a demografia da Caxemira, esses grupos religiosos demonstraram se preocupados com a segurança de suas comunidades. Unidades industriais foram criadas pela

⁴³ No original: “[...] the texts for secondary and primary levels were rewritten on renewed accounts about the Indian history and have impacted the minds, which is being manifested in the lynching and other violent incidents now”.

⁴⁴ No original: “Presently, J&K has a population of 12,541,302, of which around 68 percent is Muslim and 28 percent Hindu. In the Kashmir Valley, 97 percent of the population is Muslim while in the Jammu region, 65 percent are Hindus and 30 percent Muslims. However, out of the Jammu region's 10 districts, only four (Jammu, Kathua, Samba and Udhampur) are Hindu-majority, while the rest (Doda, Poonch, Kishtwar, Rajouri, Ramban, and Reasi) are Muslim-majority”.

administração de Jammu onde corporações podem adquirir essas terras, além do incentivo a construção de indústrias (Ganie, 2020).

O primeiro-ministro paquistanês Imran Khan afirmou que a agenda hindutva ameaça a existência do Paquistão enquanto Estado e alertou das consequências de um embate direto contra a Índia e da ameaça nuclear mundial que isso geraria. A revogação do artigo 370 foi vista como uma grande falha na inteligência, para o Paquistão, e um grande empecilho para a estratégia de guerra por procuração da inteligência paquistanesa. O país esperava que ocorressem revoltas e manifestações populares contra a decisão indiana, porém, devido ao bloqueio imposto à população e outras medidas de segurança de Nova Deli, não ocorreram grandes eventos. Faz-se importante destacar que por mais que não tenha ocorrido uma manifestação popular, a população da Caxemira encontra-se ressentida e “[...] no futuro, isso pode levar a manifestações civis significativas e a um aumento acentuado da militância” (Pandya, 2020, p.22, tradução própria)⁴⁵. Assim, o governo paquistanês passou a intensificar as violações de cessar-fogo na LoC, por temer perder a Caxemira e evitar não somente um conflito direto contra a Índia, mas também um embate nuclear, com isso, na visão de Islamabad a guerra por procuração continua a melhor estratégia para o país (Pandya, 2021; Ganie, 2020).

3.4 As projeções da Índia de Modi no CRS Sul-Asiático

O domínio da ideologia hindutva na política e na sociedade indiana cria ameaças de segurança para o CRS sul-asiático de curto e longo prazo. A anexação unilateral da Caxemira ao território altera a frágil relação indo-paquistanesa e desmantela qualquer estabilidade previamente estabelecida na relação dos dois atores. Com isso, as tensões podem escalar entre os países, criando uma ameaça perpétua para o Paquistão, que se encontra política e socioeconomicamente fragilizado.

No caso do Sul da Ásia em geral, e do Paquistão em particular, Hindutva e sua expansão socioespacial são tão reais quanto uma ameaça existencial pode ser. Para combater essa ameaça perpétua, sugere-se que o Paquistão adote uma estratégia de base ampla que cubra uma capacidade equilibrada de combate convencional, construindo contra narrativas e mecanismos sofisticados de inteligência. (Virk, Batool, 2023, p. 64, tradução própria)⁴⁶.

⁴⁵ No original: “[...] in the future, it may lead to significant civil unrest and sharp rise in militancy”.

⁴⁶ No original: “In the case of South Asia in general, and Pakistan in particular, Hindutva and its socio-spatial expansion are as real as an existential threat can be. To counter this perpetual threat, it is suggested that Pakistan adopts a broad-based strategy covering a balanced conventional war-fighting capability, building counter-narratives, and sophisticated intelligence mechanisms”.

Os muçulmanos na Índia possuem as mesmas tradições ideológicas e considera-se que possuam a mesma origem que os muçulmanos no Paquistão, com isso a ameaça a este grupo não é vista somente como uma questão doméstica indiana. Uma vez que o nacionalismo hindu se beneficia dos atos de fala e da aceitação do público, são nos discursos populares que essa ideologia deve ser ameaçada. Faz-se necessário estabelecer espaços de discussão política para que novas ideias sejam vistas e recebidas pelo público (Virk, Batool, 2023; Hameed, 2020).

Segundo Bose (2021, p.276, tradução própria)⁴⁷, “em sua atual situação, o conflito da Caxemira é altamente inflamável”, uma vez que Jammu e Caxemira se encontram em meio a duas fronteiras altamente militarizadas: a LoC e a *Line of Actual Control* (LAC). Além do conflito indo-paquistânês, uma região do vale ainda é disputada pela China, em específico a região de Aksai Chin em Ladakh. Essa região foi uma tradicional rota de caravanas comerciais e, em 1951, o exército chinês estabeleceu base na região e construiu uma estrada conectando Xijiang ao Tibet. Porém, desde os anos 1950 o governo indiano estabeleceu a região como parte do antigo principado Jammu e Caxemira, assim, com o Instrumento de Adesão a região seria da Índia. Os países já se enfrentaram em uma guerra pela região em 1962 e após seu fim o conflito pela região só voltou a ocorrer em 2020. Em maio, soldados indianos e chineses trocaram palavras ofensivas e socos por se desentenderem em relação a “áreas cinza” na LAC. Já, em junho, os soldados se envolveram em lutas brutais, sem armas de fogo devido a um acordo de 1996, os soldados lutaram com pedaços de madeira envoltos em arames farpados ou pregos, além de, barras de ferro e facas. Após esse embate, vinte soldados indianos foram mortos, setenta e seis feridos e dezoito ficaram em estado grave, já o governo chinês não revelou suas perdas, mas estima-se que dezenas foram mortos (Bose, 2021; Alam, Bhatti, Khan, 2022).

Os acontecimentos de junho de 2020 geraram um aumento militar em ambos os lados da LAC. Bose (2021), aponta que no inverno de 2020 e 2021, cerca de 50 mil soldados de cada lado foram empregados na região, ambos com tanques de guerra, canhões e mísseis. Do mesmo modo que, o acordo de cessar-fogo na LoC, foi ignorado após a revogação do artigo 370, os acordos sino-indianos seguem o mesmo destino. O retorno dos embates na LAC pode ser explicado pela maior presença indiana na região de Ladakh, não somente por ser um Território da União indiana, como também, pelo país estar construindo estradas na região, nas últimas duas décadas. Apesar do recente conflito, a Índia busca manter relações diplomáticas com a China, uma vez que as nações são parceiras comerciais e participam de diversos fóruns internacionais como BRICS. A autonomia estratégica do governo Modi cria um ambiente de

⁴⁷ No original: “*In its current condition, the Kashmir conflict is highly flammable*”.

equilíbrio nas relações internacionais do país, mantendo a co-existência regional e cumprindo os interesses nacionais (Roy, 2024; Ashraf, 2022; Alam, Bhatti, Khan, 2022).

Para os futuros enfrentamentos entre Índia e Paquistão, Islamabad não lidará somente com as forças militares de Nova Deli, mas enfrentará um conflito ideológico contra o nacionalismo hindutva. A manutenção da segurança nacional indiana será intrínseca ao nacionalismo e com isso a segregação da população muçulmana será mais profunda (Virk, Batool, 2023). Essa posição indiana pode fazer com que o país se torne uma ameaça para os seus vizinhos no CRS sul asiático, as motivações territoriais do hindutva podem fortalecer disputas na região. Virk e Batool (2023, p. 63, tradução própria)⁴⁸ apontam que em um cenário de conflito armado “e os combatentes forem Índia e China, o Paquistão estenderá seu apoio à China. No entanto, se o conflito for entre Paquistão e Índia, a China pode fornecer equipamento militar, mas nunca entraria em guerra com a Índia”.

A relação da Índia com países muçulmanos tem melhorado nos últimos anos devido aos interesses econômicos com esses países. Apesar disso, a pressão vinda dos países do Golfo contra a popularização dos discursos de ódio, como o Corona *Jihad* nas redes sociais, gerou campanhas internacionais para a proteção dos muçulmanos na Índia (Hameed, 2020). Ademais, a constante presença militar indiana em Jammu e Caxemira e a violação de direitos humanos contra a população muçulmana pode fortalecer a militância e a atuação de grupos não estatais armados no país (Hameed, 2020; Alam, Bhatti, Khan, 2022). Nesse cenário, Hameed (2020) enfatiza a necessidade da pressão internacional contra as políticas discriminatórias no país.

Em relação aos demais países da região, o governo Modi aplica a política de “vizinhos em primeiro lugar”, pois a segurança da Índia depende do cenário regional. Assim, o país busca assumir a liderança em organizações regionais como a Associação para Cooperação Regional no Sul da Ásia (SAARC) e Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial (BIMSTEC), também como uma forma de contrabalancear a influência da China no sul da Ásia. Com isso, Modi busca manter a Índia como líder regional, que contrabalanceia influências externas, fornece assistência econômica e cria alianças estratégicas (Roy, 2024; Ashraf, 2022).

Apesar de buscar se projetar como uma potência regional e manter relações de valorização de seus vizinhos, a Índia desconsidera a soberania de Estados menores como o

⁴⁸ No original: “If the combatants are India and China, Pakistan will extend its support to China. However, if the conflict is between Pakistan and India, China may provide military equipment but would never go to war with India”.

Nepal. Em 2019, um novo mapa indiano apresentava um território disputado como parte do país e mesmo após o Nepal demandar uma resolução diplomática, Nova Deli construiu uma estrada até a Índia na região. As políticas de expansão hindutva e a anexação de todos os territórios considerados indianos são parte primordial da política do BJP (Ashaf, 2022).

As motivações de hegemonia e construção da “grande Índia” do governo Modi impactam a segurança regional sul-asiática. Além disso, o país está desestabilizando seus vizinhos, com destaque ao Paquistão, onde Nova Deli tem patrocinado ataques terroristas e outras atividades insurgentes. A mudança de status da Caxemira e a maior presença militar na região fizeram com que as relações indo-paquistanesas aumentassem os níveis de tensão e de escalonamento do conflito (Alam, Bhatti, Khan, 2022).

Apesar de não possuir resistência de fóruns governamentais e não governamentais internacionais, faz-se necessário que os atores se posicionem contra as violações dos direitos humanos perpetradas contra as minorias na Índia (Hameed, 2020). A relação indo-paquistanesa acarreta insegurança para a região com contantes embates. Considerada uma das regiões mais inseguras, o sul da Ásia possui uma crescente onda de atuação de militantes, conflitos étnicos, religiosos, territoriais e três nações com poderio nuclear. Atualmente, grandes potências têm atuado na região, a exemplo dos Estados Unidos, que busca reduzir e contrabalancear a presença chinesa. A expansão da influência chinesa através de investimentos em projetos de infraestrutura em países como Sri Lanka, Nepal e Maldivas, pode criar uma relação de dependência através da dívida desses países que a Índia seria incapaz de igualar (Roy, 2024, p. 565).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação analisou como o governo Narendra Modi promoveu a re-securitização da população muçulmana na Índia entre 2014 e 2023, e as alterações decorrentes desse processo no Complexo Regional sul-asiático. Fundamentada em abordagens teóricas do construtivismo e da teoria da securitização, a pesquisa demonstrou como discursos e práticas políticas moldaram as interações sociais, reforçaram identidades excludentes e ampliaram tensões regionais, transformando a Índia sob o BJP em um exemplo paradigmático de como a identidade pode ser instrumentalizada como ferramenta de poder. A construção da identidade nacional indiana foi profundamente influenciada pela ideologia do BJP, que posicionou os muçulmanos como ameaças à existência de um “Estado hindu” homogêneo. Essa narrativa não apenas legitimou políticas de exclusão e perseguição, como também alterou as relações de Índia no CRS.

Desde o início de sua gestão, Narendra Modi e seu partido, o Bharatiya Janata Party, buscaram consolidar o hindutva como eixo central de sua narrativa política. Essa ideologia, profundamente ancorada em valores nacionalistas e religiosos, posicionou a identidade hindu como superior e intrinsecamente associada à ideia de uma Índia com uma única religião. Esse movimento resultou na exclusão e marginalização das comunidades minoritárias, sobretudo muçulmanos, que passaram a ser retratados como “outro” e uma ameaça à coesão nacional. O discurso securitizante legitimou ações drásticas, incluindo políticas discriminatórias que remodelaram a constituição multicultural do país.

Entre as medidas mais representativas promovidas pelo governo Modi está a revogação do artigo 370 da constituição, que retirou a autonomia de Jammu e Caxemira, uma região historicamente sensível devido à sua maioria muçulmana e ao seu papel central na disputa indo-paquistanesa. Esta decisão não apenas intensificou as tensões internas, mas também reforçou a militarização da região e aprofundou o sentimento de exclusão entre os habitantes locais. Essa política, acompanhada de um discurso que vincula os muçulmanos a ameaças terroristas e à desestabilização do Estado, serviu como ferramenta para consolidar o apoio do eleitorado hindu e redefinir a identidade nacional. A utilização de discursos polarizadores pelo governo Modi, associando frequentemente o “outro” muçulmano à ameaças à soberania e à segurança nacional, consolidou um ambiente de exclusão e de antagonismo entre comunidades religiosas. Esses discursos e posicionamentos se aliam à teoria da securitização ao demonstrarem como a identificação de ameaças é um processo subjetivo, construído a partir da percepção e aceitação social.

No plano doméstico, as políticas do BJP contribuíram para a polarização social, gerando um aumento significativo na violência contra minorias religiosas e étnicas. Episódios de violência comunal, discursos de ódio e ações repressivas contra a população muçulmana tornaram-se mais frequentes durante os mandatos de Modi. Ao mesmo tempo, a marginalização institucionalizada, como evidenciado pela Lei de Emenda à Cidadania (CAA), consolidou um ambiente de exclusão legal e social. Essa lei, ao excluir muçulmanos de direitos de naturalização concedidos a outras comunidades religiosas, exemplifica como o governo utilizou a estrutura legal para legitimar narrativas de segregação.

A re-securitização também teve profundas implicações na política regional, particularmente no Complexo Regional de Segurança (CRS) do sul da Ásia. A relação histórica entre Índia e Paquistão, marcada por desconfiança mútua, foi exacerbada pelo discurso nacionalista hindu e pela crescente militarização da Caxemira. A postura assertiva da Índia, alimentada pelo nacionalismo hindu, contribuiu para reforçar padrões de rivalidade e inimizade no CRS, comprometendo o avanço de soluções para questões de segurança regional. O governo Modi consolidou a percepção de que o Paquistão representa uma ameaça existencial à segurança indiana. Essa percepção contribui para a manutenção de relações conflituosas entre os países e um empecilho para a resolução de disputas territoriais.

Esses desdobramentos destacam a importância de compreender como discursos nacionais podem impactar dinâmicas globais e regionais. O uso da retórica de exclusão e perseguição, sustentado pela liderança política, demonstra a relevância do discurso na transformação de questões internas em ameaças securitárias amplas. Esse processo de re-securitização impacta não apenas as relações intercomunitárias, mas também as aspirações da Índia de se consolidar como uma potência influente fora de sua região.

A análise teórica desta dissertação, fundamentada no construtivismo e na teoria da securitização, revelou como identidades e discursos são construídos e instrumentalizados para legitimar ações políticas. O conceito de securitização foi particularmente útil para compreender como o governo Modi conseguiu moldar e fortalecer a percepção pública de que a população muçulmana representava uma ameaça à segurança nacional. A combinação de atos de fala e práticas políticas demonstrou como a securitização pode ser um processo eficaz para consolidar práticas e moldar relações sociais.

Faz-se necessário reconhecer algumas limitações dessa pesquisa. A análise se baseou predominantemente em produções acadêmicas e algumas reportagens sobre os discursos políticos acerca da temática devido à dificuldade de acesso a documentos oficiais e transcrições governamentais. Estudos futuros podem se aprofundar através da análise de

discurso nessa pesquisa documental oficial do governo indiano e observar a securitização através deles. Um aspecto relevante a ser explorado em pesquisas futuras é a dimensão econômica dessas políticas e como elas afetam as relações comerciais e diplomáticas da Índia com outros países. Além disso, pode-se desenvolver pesquisas sobre a omissão da comunidade internacional na defesa dos direitos humanos das minorias securitizadas pelo governo Modi e da condenação da agenda hindutva do país. Ademais, pode-se observar de que maneira os sistemas educacionais indianos, tem contribuído para a proliferação e estabelecimento da securitização no imaginário da juventude e alimentado o ódio ao outro através disso.

Conclui-se que a re-securitização da população muçulmana na Índia representa não apenas uma transformação na política doméstica, mas também um impacto profundo no equilíbrio regional e na posição global do país. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para avaliar o futuro das relações intercomunitárias e regionais do sul da Ásia. Faz-se imprescindível que acadêmicos, formuladores de políticas e atores internacionais considerem essas questões ao buscar soluções para conflitos que, apesar de regionais, têm profundas implicações globais. Para além das implicações regionais, a situação evidencia uma tensão entre o nacionalismo e os valores democráticos. A ascensão de regimes nacionalistas desafia os princípios de pluralismo e igualdade. No caso indiano, essas dinâmicas levantam questionamentos sobre a sustentabilidade de uma democracia em meio a políticas de exclusão e perseguição religiosa.

Por fim, espera-se que esta pesquisa inspire novas investigações sobre as interseções entre identidade, segurança e nacionalismo em contextos democráticos. Estudos futuros poderiam explorar como a securitização de grupos sociais impactam políticas públicas, posicionamentos internacionais e regionais, bem como promove o “ódio” na população. Ademais, o conflito pela região da Caxemira exige maior atenção em seus desdobramentos atuais e a intensificação da militância, apoiada ou não pelo Paquistão, devido a maior repressão e presença militar da Índia. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para avaliar o futuro das relações intercomunitárias e regionais no sul da Ásia. A Índia, enquanto potência emergente, deve buscar equilibrar suas aspirações nacionais com suas responsabilidades internacionais. O sucesso desse objetivo depende de sua capacidade de construir um modelo de governança que valorize a diversidade e promova a inclusão, reafirmando seu compromisso com os valores democráticos e a defesa dos direitos humanos.

6 REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Delna; RAO, Ojaswi. 86% killed in cow-related violence since 2010 are Muslim, 97% attacks after Modi govt came to power. **Hindustan Times**, [S. l], 16 de jul. de 2017. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/india-news/86-killed-in-cow-related-violence-since-2010-are-muslims-97-attacks-after-modi-govt-came-to-power/story-w9CYOksvgk9joGSSaXgpLO.html>. Acesso em: 31 out. 2024.
- AHMED, Saifuddin; CHAKMA, Anurung. Kashmir Conflict: a critical analysis. **Society & Change**. [S. l.], p. 20-36. Jul. 2012.
- ALAM, Sughra; BHATTI, Muhammad Nawaz; KHAN, Alam Sher. Hindutva Under Modi's Regime:: consequences for regional and international security. **Journal Of Indian Studies**, [S. L.], v. 8, n. 2, p. 289-320, jul. 2022.
- AMARASINGAM, Amarnath; UMAR, Sanobar; DESAI, Shweta. "Fight, Die, and If Required Kill": hindu nationalism, misinformation, and islamophobia in india. *Religions*, [S.L.], v. 13, n. 5, p. 1-33, 20 abr. 2022. **MDPI AG**. <http://dx.doi.org/10.3390/rel13050380>. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-1444/13/5/380>. Acesso em: 04 set. 2024.
- ASHRAF, Muhammad Naeem. **Polarized India**: impact on strategic alliances and regional security. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master Of Arts In Security Studies (Civil-Military Relations), Naval Postgraduate School, Monterey, 2022. Cap. 4. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/trecms/pdf/AD1173244.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- BHATT, Chetan. **Hindu Nationalism**: origins, ideologies and modern myths. New York: Berg, 2001.
- BOSE, Sumantra. **Kashmir**: roots of conflict, paths to peace. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- BOSE, Sumantra. **Kashmir at the crossroads**: Inside a 21st-century conflict. London: Yale University Press, 2021.
- BUZAN, Barry. **The South Asian Security Complex in a Decentring World Order**: reconsidering regions and powers ten years on. *International Studies*, [S.L.], v. 48, n. 1, p. 1-19, jan. 2011. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/002088171204800101>.
- BUZAN, Barry. The State and the International Political System. In: BUZAN, Barry. **People, States and Fear**: the national security problem in international relations. Brighton: Wheatsheaf Books, 1983. Cap. 4. p. 93-127.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. Ampliando e aprofundando a segurança. In: BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012. Cap. 7. p. 287-339.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. Security Complexes: a theory of regional security. In: BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers**: the structure of international security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. Cap. 3. p. 40-89.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. Security Analysis: conceptual apparatus. In: BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998. Cap. 2. p. 21-47.

CHANDRAN, Aakash. Statelessness, Detention Centres and the Otherisation. **Statelessness & Citizenship Review**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 259-266, 29 out. 2021. Peter McMullin Centre on Statelessness - Melbourne University Law School. <http://dx.doi.org/10.35715/scr3001.1121>. Disponível em: <https://statelessnessandcitizenshipreview.com/index.php/journal/article/view/337>. Acesso em: 27 out. 2024.

CHATTERJI, Angana P. *et al.* Breaking Worlds: religion, law and citizenship in majoritarian india; the story of assam. Berkeley: **Center For Race And Gender**, 2021. 131 p. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/6w56781n>. Acesso em: 8 nov. 2024.

CORNELL LAW SCHOOL. Death by Paperwork: Determination of Citizenship and Detention of Alleged Foreigners in Assam. Ithaca: **CORNELL LAW SCHOOL**, 2021. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=3873978>. Acesso em: 08 de nov. de 2024.

DUQUE, Marina Guedes. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 459-501, nov. 2009.

FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. Complexo regional de segurança da América do Sul: uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 35, n. 1, p. 77-104, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-85292013000100003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/87yzvpdSMNppsPskbFynMCR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

GANDHI, M. K.. A situação da Índia (CONTINUAÇÃO): os hindus e os muçulmanos. In: GANDHI, M. K.. **Hind Swaraj: autogoverno da Índia**. Brasília: Funag, 2010. Cap. 10. p. 49-53. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-50-hind_swaraj_autogoverno_da_india. Acesso em: 02 out. 2024.

GANIE, Mohd Tahir. Siege, Resistance, and Politics in 'New Kashmir'. **Journal Of Governance, Security & Development**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 175-205, 1 jul. 2020. Centre for Governance Studies. <http://dx.doi.org/10.52823/daro7820>.

GANGULY, Rajat. **India, Pakistan and the Kashmir Dispute**. Victoria University of Wellington, 1998. Disponível em: <https://researcharchive.vuw.ac.nz/handle/10063/3147>. Acesso em: 17 de maio de 2020.

GAYNER, Gilian. LALWANI, Sammer P. UNITED STATES INSTITUTE OF PEACE. **India's Kashmir Conundrum: Before and After the Abrogation of Article 370**. [S.L.]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep25405>. Acesso em: 17 ago. 2022.

GHAHREMAN, Javier. **India-Pakistan conflict, Kashmir in relation to Constructivism and Post-colonialism theory**. [20--]. Disponível em:

https://www.academia.edu/30384192/India_Pakistan_conflict_Kashmir_in_relation_to_Constructivism_and_Post_colonialism_theory. Acesso em: 26 jun. 2023.

GUPTA, Abhinav. The Story of Jammu and Kashmir and Interpretation of Article 370 of the Constitution of India. **Global Journal Of Human-Social Science: A Arts & Humanities - Psychology**, [S. L.], v. 21, n. 15, p. 30-36, jan. 2021. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4510130. Acesso em: 02 dez. 2024.

GUZZINI, Stefano. The Concept of Power: a constructivist analysis. **Millennium: Journal of International Studies**, [S.L.], v. 33, n. 3, p. 495-521, jun. 2005. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/03058298050330031301>.

HAMEED, Usama. Footprints of Fascism in India: implications for local muslims. **Policy Perspectives**, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 27-45, 1 jan. 2020. **Pluto Journals**. <http://dx.doi.org/10.13169/polipers.17.2.0027>.

HARTMANN, Sebastian; CHRISTENSEN, Anne Kjær; RUGAARD-MORGAN, Zsa-Zsa. Modi, Securitization and the Secular State. **International Studies**, Roskilde, v. 1, n. 1, p. 2-17, 17 dez. 2019. Disponível em: <https://rucforsk.ruc.dk/ws/portalfiles/portal/66479222/ISproject.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, [S. L.], v. 23, n. 1, p. 171-200, 1998.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. CRISIS GROUP ASIA. **Militancy and Counter-insurgency**. [S.L.]. 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep31442.7>. Acesso em: 09 ago. 2022.

JAFFRELOT, Christophe. **Hindu Nationalism: a different idea of india**. In: JAFFRELOT, Christophe. Modi's India: hindu nationaism and the rise of ethnic democracy. New Jersey: Princeton University Press, 2021. p. 11-30.

KAUL, Nitasha. Rise of the Political Right in India: hindutva-development mix, modi myth, and dualities. **Journal Of Labor And Society**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 1-26, dez. 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/wusa.12318>. Acesso em: 09 set. 2024.

KUSZEWSKA, Agnieszka. The India-Pakistan Conflict in Kashmir and Human Rights in the Context of Post-2019 Political Dynamics. **Asian Affairs**, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 198-217, 3 jan. 2022. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03068374.2022.2041288>.

MICHAEL, Arndt. Realist-Constructivism and the India-Pakistan Conflict: a new theoretical approach for an old rivalry. **Asian Politics & Policy**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 100-114, jan. 2018.

NEVES JUNIOR, Edson José. A disputa pela Caxemira entre Índia e Paquistão: nacionalismo hindu e perfil de forças militares. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 151-177, jun. 2020. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/download/75183/42123>. Acesso em: 10 ago. 2022.

NEVES JÚNIOR, Edson José. Morrer pelo paraíso. **O terrorismo internacional na Caxemira**: entre a guerra por procuração e o jihadismo instrumental. 1989-2009. 2010. 285 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25409/000749668.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 fev. 2020.

NOT a single illegal immigrant will stay, says India after Assam register excludes millions. **The Guardian**, 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2019/sep/09/not-a-single-illegal-immigrant-will-stay-say-s-india-after-register-excludes-millions>. Acesso em: 06 de nov. de 2024.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of Our Making**: rules and rule in social theory and international relations. Columbia: University Of South Carolina Press, 1989. 319 p.

PANDYA, Abhinav. Kashmir Militancy After 370: an assessment of Pakistan's proxy war. **CLAWS Journal**, [S. L.], v. 14, n. 1, p. 118-143, jun. 2021. Disponível em: <https://media.neliti.com/media/publications/369741-kashmir-militancy-after-370-an-assessme-n-c4df735d.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

PROXY war in Jammu & Kashmir. **EFSAS**, Amsterdam, mai. de 2017. Disponível em: <https://www.efsas.org/publications/study-papers/proxy-war-in-jammu-and-kashmir/>. Acesso em: 12 de mar. de 2020.

PUNATHIL, Salah. Precarious citizenship: detection, detention and 'deportability' in india. **Citizenship Studies**, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 55-72, 2 jan. 2022. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13621025.2021.2013444>.

PURANAM, Elizabeth. Why Shaheen Bagh protests are an important moment in India's history. **Aljazeera**, New Dehli, 03 de fev. de 2020. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/features/2020/2/3/why-shaheen-bagh-protests-are-an-important-moment-in-indias-history>. Acesso em: 03 de dez. de 2024.

RATHER, Tariq Ahmad; WANI, Gull Mohd; SUHRAWARDY, Basit Masood. Abrogation of Article 370 of the Constitution of India: socio-economic and political implications on jammu and kashmir. **International Journal Of Research And Analytical Reviews**, [S. L.], v. 7, n. 3, p. 501-517, jul. 2020. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3664550. Acesso em: 02 dez. 2024.

RELIGIOUS COMPOSITION OF INDIA. **Pew Research Center**, 2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2021/09/21/religious-demography-of-indian-states-and-territories/>. Acesso em: 26 nov. 2024.

ROY, Babita. Modi's Foreign Policy Doctrine: strategic autonomy, global ambitions, and regional leadership. **Jalis Ahmad**, [S.L.], v. 2, n. 10, p. 555-573, 12 nov. 2024. Jalis Ahmad. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.14104759>.

SAHOO, Niranjan. MOUNTING MAJORITARIANISM AND POLITICAL POLARIZATION IN INDIA. In: CAROTHERS, Thomas; O'DONOHUE, Andrew (ed.). **Political Polarization in South and Southeast Asia**: old divisions, new dangers. [S.L.]:

Carnegie Endowment For International Peace, 2020. Cap. 1. p. 9-23. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/research/2020/08/political-polarization-in-south-and-southeast-asia-old-divisions-new-dangers?lang=en>. Acesso em: 10 set. 2024.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. O nacionalismo hindu de Modi: autoritarismo e neoliberalismo na Índia. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 53-65, abr. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e72974>.

SARKAR, Kaveri. Religious Nationalism, Securitization Narratives, and Hindu-Muslim Tensions in India, 2015-2020. **Pi Sigma Alpha: Undergraduate Journal of Politics**, Elon, v. , n. 2, p. 35-48, ago. 2020.

SINGH, Rimjhim. OBCs decoded: How backward classes in India were categorised and recognised. **Business Standard**, New Delhi, 20 de out. de 2023. Disponível em: https://www.business-standard.com/india-news/obcs-decoded-how-backward-classes-in-india-were-categorised-and-recognised-123102000571_1.html. Acesso em: 24 out. 2024.

SCHOFIELD, Victoria. **Kashmir in conflict: india, pakistan and the unending war**. 2. ed. London: I.B.Tauris, 2003.

SHAFIQUE, Atif. **The Case for Constructivism In Analysing the India-Pakistan Conflict**. 2011. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2011/09/07/the-case-for-constructivism-in-analysing-the-india-pakistan-conflict/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SHIBLI, Murtaza. Hindutva Vigilantism and Muslims: institutionalization of violence. Policy Perspectives, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 137-148, 1 jan. 2019. **Pluto Journals**. <http://dx.doi.org/10.13169/polipers.16.1.0137>. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/hosted-document?doi=10.13169/polipers.16.1.0137>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SJÖSTEDT, Roxanna. Assessing securitization theory: theoretical discussions and empirical developments. In: BUTLER, Michael J. (ed.). **Securitization Revisited: contemporary applications and insights**. New York: Routledge, 2020. Cap. 1. p. 28-46.

SPODEK, Howard. From Gandhi to Violence: Ahmedabad's 1985 riots in historical perspective. **Modern Asian Studies**, [S.L.], v. 23, n. 4, p. 765-795, out. 1989. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s0026749x00010209>. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/modern-asian-studies/article/from-gandhi-to-violence-ahmedabads-1985-riots-in-historical-perspective/EB59E301F25DC5F52A18775B0F3E56F5>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SWAMI, Praveen. India, Pakistan and the secret jihad: the covert war in kashmir, 1947- 2004. Oxon: Routledge, 2007.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 47-80, jan. 2003.

VIOLENT Cow Protection in India: Vigilante Groups Attack Minorities. **Humans Right Watch**, 2019. Disponível em:

<https://www.hrw.org/report/2019/02/19/violent-cow-protection-india/vigilante-groups-attack-minorities>. Acesso em: 05 out. 2024.

VIRK, Hassan F.; BATOOL, Farwa. Hindutva at Crossroads: phased history, prejudicial present, and segregated future. **Ucp Journal Of Humanities & Social Sciences**, [S. L.], v. 1, n. 2, p. 55-66, jan. 2023. Disponível em: <https://ojs.ucp.edu.pk/index.php/jhss/article/download/26/10/131>. Acesso em: 20 set. 2024.

WÆVER, O. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, R. D. (ed.). **On Security**. Nova York: Columbia University Press, 1995. p. 46–86.

WAIKAR, Prashant. Reading Islamophobia in Hindutva: an Analysis of Narendra Modi's political discourse. **Pluto Journals**, [S. L.], v. 4, n. 2, p. 161-180, out. 2023.

WERLEMAN, CJ. Rising Violence against Muslims in India Under Modi and BJP Rule. **Insight Turkey**, [S. L.], v. 23, n. 2, p. 39-49, maio 2021. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27028538?read-now=1&seq=8#page_scan_tab_contents. Acesso em: 10 out. 2024.

WENDT, Alexander (1992). Anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder. **Monções**, vol. 2, nº 3, p.p. 420-473.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WILLIAMS, Michael C. **Words, Images, Enemies**: securitization and international politics. *International Studies Quarterly*, [S.L.], v. 47, n. 4, p. 511-531, dez. 2003. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1046/j.0020-8833.2003.00277.x>. Disponível em: <https://academic.oup.com/isq/article/47/4/511/1804912>. Acesso em: 10 set. 2023.

ZEHFUSS, Maja. Constructivism and Identity: A Dangerous Liaison. **European Journal of International Relations**, vol. 7, n. 3, 2001, pp

ZEHFUSS, Maja. Introduction. In: ZEHFUSS, Maja. **Constructivism in International Relations**: the politics of reality. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. p. 1-37.